

PEDRO DEMO

# Metodologia Científica em Ciências Sociais

*3ª Edição Revista e Ampliada*



O autor e a editora empenharam-se para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores dos direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos caso, inadvertidamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

Não é responsabilidade da editora nem do autor a ocorrência de eventuais perdas ou danos a pessoas ou bens que tenham origem no uso desta publicação.

Apesar dos melhores esforços do autor, do editor e dos revisores, é inevitável que surjam erros no texto. Assim, são bem-vindas as comunicações de usuários sobre correções ou sugestões referentes ao conteúdo ou ao nível pedagógico que auxiliem o aprimoramento de edições futuras. Os comentários dos leitores podem ser encaminhados à Editora Atlas Ltda. pelo e-mail faleconosco@grupogen.com.br.

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 1980 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição na internet ou outros), sem permissão expressa da editora.

Rua Conselheiro Nébias, 1384

Campos Elísios, São Paulo, SP – CEP 01203-904

Tels.: 21-3543-0770/11-5080-0770

faleconosco@grupogen.com.br

www.grupogen.com.br

Designer de capa: Paulo Ferreira Leite

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP) (CÂMERA BRASILEIRA DO LIVRO, SP BRASIL)

---

Demo, Pedro, 1941 –

Metodologia científica em ciências sociais / Pedro Demo. – 3. ed. rev. ampl. – [19. reimp.] – São Paulo: Atlas, 2018.

Bibliografia

ISBN 978-85-224-1241-9

1. Ciências sociais – Metodologia 2. Ciências sociais – Pesquisa I. Título.

95-0639

CDD-300.18

---

### Índice para catálogo sistemático:

1. Metodologia : Ciências sociais 300.18

## 2

# O Argumento de Autoridade

---

Embora autoridade não seja, por si mesma, argumento algum, não se pode desconhecer o fenômeno constante de que a evocação de certas autoridades desperta imensa respeitabilidade. Para muitos, uma análise científica repleta de citações de Marx, Weber, Platão ou Florestan Fernandes será considerada especialmente científica, em vista do apelo a tais autoridades. A mesma análise, elaborada de próprio punho exclusivamente, poderá ser tachada de diletantismo de principiante. Escrevem-se obras para justificar alguma atitude dúbia de um mestre — por exemplo, o problema da anomia em Durkheim, da neutralidade em Weber, da tendência determinista em Marx, do isomorfismo em Parsons —, que pode ser repassada como momento de rara profundidade intelectual, deslocando-se então a dubiedade do mestre para o intérprete; neste, porém, se não for célebre, a dubiedade será declarada simplesmente como incompetência. Talvez seja um dos pontos mais infantis da produção científica o apego exagerado à credence na autoridade, o substituto moderno e elegante da justificação dogmática, típica da abordagem teológica. As ciências sociais estão repletas de monstros sagrados que estereotipam o trabalho científico preconceitualmente.

A título de exemplos hipotéticos podemos sugerir alguns estereótipos:

- a qualquer preço o cientista social procura repassar imagem de esquerda, de preferência de paladino do proletariado, em nome do qual se põe a falar, mesmo que não tenha qualquer mandato, nem identidade objetiva;
- confunde-se facilmente competência com adesão a grupos, pelo que se prefere o fiel ao competente;

- sob pressão do corporativismo organizacional, praticam-se populismos pretensamente democráticos, como se eleição substituísse qualidade formal;
- não se aposta na formação do criador de ciência, mas prefere-se o reproduzidor socializado, que repete os ritos e respeita o mestre;
- a discussão não distingue entre o cientista e a pessoa, de tal sorte que, refutando um argumento, agride-se a pessoa;
- o professor, o pesquisador, o técnico, o intelectual detestam ser avaliados, pois julgam que avaliar é prerrogativa exclusiva deles.

## 2.1 AUTORIDADE E VERDADE

Dizíamos que critérios formais não bastam para definir o teor científico de uma obra. É ainda mister averiguar sua qualidade política, por mais que isso seja complicado e arriscado. Se numa universidade o professorado em peso se inclina para a apreciação dialética da realidade social, qualquer outra ótica será facilmente tachada de não científica, embora em outra universidade possa acontecer o contrário. Tomando-se em conta os condicionamentos subjetivos da produção científica, não se poderia admirar que o científico acabe coincidindo com o dominante, ao sabor da intersubjetividade. Será tido por científico aquilo que os "donos" momentâneos da disciplina assim determinam.

Não vale dizer que se trata de intromissão espúria, porque o débito social não é mancha, sujeira, degeneração, mas característica histórica, condição de prática, pressuposto de atuação e influência. Mas é claro que, na expectativa da utopia da verdade, esta vale por si, não por qualquer autoridade que a venha assumir. Do ponto de vista apenas formal, autoridade é fator apenas perturbante, estranho, violador. Aí, fazer ciência significa também derrubar autoridades, buscando sempre restaurar a pureza formal, "doa a quem doer". Na prática, porém, por mais que relutemos contra o argumento de autoridade, o científico não se delimita sem ele.

A metodologia moderna certamente aprendeu a lição histórica: se, de um lado, a imbricação das ciências sociais em estruturas de poder tende a torná-las lacaias do poder, de outro, buscam elas precisamente aí o ímpeto da contradição, quando, em vez de apenas servirem aos detentores do poder e do dinheiro, partem para elaborar a contra-ideologia dos desiguais. Esta aparente dubiedade é característica: o poder, como forma, acarreta a existência estrutural do

conflito social e dói nos desiguais; mas, como história, origina a revolta, que pode estar na raiz de profundas transformações, sem esquecer as condições objetivas. Em toda análise há não só argumento, mas também ideologia, que é o tributo natural ao meio social em que se vive, a submissão a padrões mais aceitos do que discutidos. A metodologia existe não para lançarmos apelo desesperado contra a ideologia, a autoridade, a infiltração estranha, mas para armar estratégias conscientes de seu controle.

Embora o argumento de autoridade seja parceiro inevitável do científico, mesmo porque o cientista se atribui autoridade, é preciso limitar sua abrangência. Muitas vezes usamos como critério decisivo do científico a maior ou menor adequação ao nosso modo particular de ver o científico. Isso equivale a dizer que, se estivermos de acordo, será científico; do contrário, não. Tal colocação é um equívoco, em todos os sentidos. Se metodologicamente a atividade científica produz posturas diferentes, é ilógico e injusto rebaixar o "diferente", só porque nos é adverso, ao "não-científico". Por isso, é imperialismo condenar a metodologia funcionalista por meio de uma interpretação dialética, ou vice-versa. Ao abordar a dialética com instrumental funcionalista, já nisto a condenamos. Para criticar a dialética, é mister partir dela, penetrar em sua intimidade, adentrar sua casa, com respeito e humildade, ou seja, fazer crítica interna. Crítica interna significa levantar objeções a partir da colocação contrária, não a partir das colocações próprias. Tem a vantagem de propor superações científicas por motivo da debilidade interna da teoria criticada, não por motivos externos de divergência de posição.

É preconceito medíocre desprezar a leitura de Parsons por ser funcionalista, de Marx por ser materialista, de Lévi-Strauss por ser estruturalista, sem passar pela crítica interna. Assim, rejeitar o funcionalismo pelas debilidades internas, por exemplo, ao não realizar o que a própria proposta promete, ao encontrar fenômenos que resistem a seu esquema explicativo, é algo cientificamente saudável, sobre o que se baseia o próprio progresso científico.<sup>1</sup>

A presença da autoridade em ciência é algo do dia-a-dia. Podemos começar apontando para a presença do professor, que, diante do aluno, é autoridade, quer queira, quer não. Essencial seria que sua autoridade não se fundasse em arrogância ou prepotência, mas na competência comprovada. Em seguida, no processo de formação mais avançada surge a figura do professor orientador, no mestrado e no doutorado, que pode estabelecer com o orientando relação repressora, ou criativa. Dificilmente se pode fazer uma tese "contra

o orientador", embora seja viável encontrar orientador pluralista e democrático a este ponto. Ainda, toda instituição científica possui chefes, por vezes competentes na ciência, incompetentes na administração, e vice-versa; alguns, intrusos que jamais fizeram ciência, nem a sabem fazer. Por fim, lembre-se do problema típico do mérito acadêmico. Teoricamente é fácil defender que o pesquisador deve avançar na carreira por mérito, ou seja, pela demonstração objetiva que faz da produção científica própria. Não haveria nenhum sentido na progressão automática, própria de quem não tem mérito. Entretanto, é extremamente complexa a avaliação *inter pares*, seja porque entre os pares há os que são mais pares, seja porque sempre se pode assacar *parti pris*, seja porque a discussão sobre critérios "objetivos" de mérito é interminável. Sobretudo nesta questão, que o acadêmico acima de qualquer suspeita deveria poder resolver com tranqüilidade e dever de ofício, ele mostra que é mortal. Na pirâmide acadêmica, nem sempre está em cima aquele que é mais competente, produziu mais e melhor, mostra vocação mais autêntica; simplesmente, está em cima o mais esperto.

Na discussão sobre mérito acadêmico e a conseqüente atribuição de vantagens sociais escancarara-se o lado social da ciência, que facilmente passa a predominar sobre critérios formais e internos. Uma saída honrosa é o concurso público, apenas porque tudo o que acontece está exposto ao público, igualando as oportunidades pelo menos assim. Mas isso é bem teórico, porque não consegue coibir de todo cabalas obscuras que vagueiam por trás dos bastidores, sem falar que os examinadores não são apenas entes descarnados, cientistas puros, robôs da lógica, mas seres humanos, atores políticos, dotados de coragem e de medo. A isenção metodologicamente apreendida facilmente rui por terra.<sup>2</sup>

O estudante percebe este problema na hora da avaliação, quando se espera um julgamento pelo mérito. Mas que é mérito? Em toda nota entra subjetivismo, por vezes o bastante para torná-la prêmio ou castigo, ainda que, em si, do ponto de vista apenas formal, a nota nada devesse ter com isso. A "nota objetiva" seria aquela que não julga, mas somente retrata, fria e objetivamente, o patamar científico. Entretanto, isto seria algo tão artificial, que torna o processo de dar nota ainda mais suspeito.

No espaço da formação científica é típica a presença condutiva em excesso, que domestica o discípulo, coibindo o surgimento do mestre. Embora se coloque de outra maneira na teoria, na prática o processo formativo se assemelha muito mais à domesticação, na

1. MILLS, C. R. *A Imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

2. GIANNOTTI, J. A. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1986.  
SCHWARTZMAN, S. *Ciência, universidade de Ideologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.  
DEMO, P. *A universalidade precisa renascer*. *Cadernos de Pesquisa*, maio 1986. p. 86-95.

qual o estudante é conduzido a ter as idéias do orientador, a repeti-lo, a consagrá-lo. O processo didático serve a isto, por vezes com fidelidade extrema, quando se propõe como tarefa científica apenas fichar livros, ler da página 40 à 42, resumir textos, copiar o que o professor diz e reproduzir na prova, e assim por diante. Não aparece o compromisso com a criatividade, com o produtor científico, com o mestre de idéias próprias. O estudante pode terminar o curso sem jamais ter escrito, com independência e originalidade, um trabalho científico de fôlego, onde seja capaz de mostrar a condução de uma hipótese de pesquisa, a capacidade de argumentar por uma postura teórica, a competência de fazer um projeto de estudo e de intervenção na realidade. O estudante chega apenas a ensaiar discussões preliminares, a ouvir leitura de terceiros, a reproduzir o que outros dizem. É extremamente pouco, seja em termos formais, seja em termos práticos.

Um exemplo interessante desta problemática pode ser visto na pretensa vocação transformadora das ciências sociais. Tomando o caso da educação, observa-se que há pouco tempo predominava a interpretação de que seria típico fenômeno de reprodução do sistema, porquanto na escola o aluno é "domesticado", não educado. Como na família, em que o processo educativo se volta pertinazmente a reproduzir os mesmos valores e as mesmas posições de geração anterior. Pessoa educada é aquela que não "inventa moda", mas se adapta às expectativas da ordem vigente, tornando-se seu avalista. A argumentação valia-se também da proposta explicativa do materialismo histórico, segundo a qual educação é superestrutura, determinada em última instância pela infra-estrutura. Toda transformação social provém da infra-estrutura e nela se consoma, pelo que educação não pode comparecer na cena com tal força. Ela mais propriamente reproduz, reflete, decorre.<sup>3</sup>

De repente, após a onda de Althusser, aparece Gramsci, que traz uma valorização inesperada das condições subjetivas para a transformação social, sobretudo na figura do intelectual orgânico da contra-ideologia, em defesa dos desiguais. Por conta disso, muitos educadores se descobrem ou se decretam intelectuais orgânicos, e buscam formar a imagem genérica de transformadores sociais.<sup>4</sup> Esta virada mostra tipicamente o débito social da ciência, principalmente:

- o modismo conjuntural que acomete o cientista social, mais atento às pressões dominantes e consideradas charmosas do que à fundamentação científica;
- a elevação de figuras científicas ao nível de autoridades intocáveis, bem como sua derrubada fácil, em outro momento;
- a falta de espírito crítico e autocrítico, preterido facilmente por adesões sectárias, nas quais predomina o discurso falastrão, sobre compromissos concretos e arriscados;
- a banalização conceitual e teórica, seja na interpretação marxista ortodoxa, seja na renovação gramsciana, seja na compreensão de transformação, já reduzida a meras verbalizações vazias;
- a fuga da argumentação sólida, que num momento considera fundamental a infra-estrutura, noutro a superestrutura, aceitando já que condições subjetivas bastam para efetivar transformações sociais.<sup>5</sup>

Neste mesmo quadro, pode-se colocar, a título de exemplo o problema clássico da **consciência verdadeira**. Como reconhecer a veracidade ou a falsidade da consciência? Marx e depois Lukacs aceitaram um tipo de abordagem que podemos resumir assim: a consciência verdadeira é determinada pelas relações de produção, embora não mecanicamente, o que leva a perceber que os proletários — espoliados pela mais-valia — só podem ter consciência verdadeira, e os capitalistas falsa.<sup>6</sup> Esta argumentação não é muito consistente, mas pode oferecer suportes pertinentes: o proletariado é maioria absoluta, perfaz os oprimidos, representa a renovação possível. O capitalista está no outro lado, coibe a mudança e se baseia na exploração do trabalho alheio: No contexto do conflito de classes, só podem ter consciência verdadeira aqueles capazes de resolver este conflito. Esta argumentação não é conclusiva, porque, em si, o capitalista também poderia ter consciência verdadeira, se a tomássemos como consciência crítica teórica do conflito que está gerando, embora não se interesse em resolvê-lo. Ao mesmo tempo, o proletariado pode ter consciência falsa, porque ser explorado e ter consciência crítica da exploração não precisam coincidir.<sup>7</sup>

3. BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa, Presença, 1980. DEMO, P. **Avaliação qualitativa**. São Paulo, Cortez, 1987. [V. último capítulo.]

4. SAVIANI, D. **Escola e democracia**. São Paulo, Cortez, 1983. GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

5. FERNANDES, F. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1977. ———— **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo, Alfa-Ômega, 1975. CHACON, V. **História das idéias sociológicas no Brasil**. São Paulo, Grijalbo, 1977.

6. LUKACS, G. **História e consciência de classe**. Lisboa, Escorpião, 1974.

7. LUXEMBURG, R. de. **Reforma, revisionismo e oportunismo**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975. POPITZ, H. **El hombre alienado**. Montevideo, SUR, 1971. SCHAFF, A. **Entfremdung als soziales Phänomen**. Frankfurt, Europaverlag, 1977.

Parece fácil ver que a definição de consciência verdadeira está mais próxima da luta pelo poder do que da isenção científica. Tanto é assim que, para não proliferar querelas intermináveis, nos socialismos práticos a questão se resolve na cozinha política, rapidamente: consciência verdadeira é a do partido; quem está com ele, a tem; quem está contra, possui consciência falsa. Todavia, podemos perguntar: no caso do levante sindical da Polônia, em que a sociedade em peso se voltou contra o partido, quem teria consciência verdadeira? A questão não foi certamente resolvida na sala de aulas ou nos livros, mas na luta pelo poder. Assim, consciência irrefutavelmente verdadeira só pode ser uma imposição autoritária.<sup>8</sup>

Esta questão existe, guardadas as proporções, na academia. Podemos chamar de intersubjetividade a predominância de posturas reconhecidas como científicas apenas porque predominam. Tais posturas são "verdadeiras". Quem as confronta pode ser caricaturado de desatualizado, incompetente, ou pelo menos de irreverente e desrespeitoso.

Onde há muita verdade, há mais autoridade que ciência. Não há nenhuma condição de demarcar uma consciência verdadeira apenas em teoria, na pura forma, porque lá nada é verdadeiro ou falso. Só no calor da história se podem colocar posições mais ou menos aceitáveis, quer dizer no contexto ideológico. A discussão consegue ser proficiente se adotar o critério da discutibilidade em sentido formal e político.

## 2.2 A INTERSUBJETIVIDADE

A intersubjetividade refere-se à opinião dominante de determinado tempo ou espaço sobre a produção científica. Dizíamos que este critério tem origem externa à obra científica, mas não é externo no sentido de estranho. A propriedade social da produção científica não é invasão, mas marca intrínseca. Por isso, o científico será sempre — em parte pelo menos, e por vezes na maior parte — a opinião dominante do clube dos grandes, das vacas sagradas, dos pontífices que fazem e manobram opiniões.

Trata-se aqui de, reconhecendo esta marca estrutural da ciência, refletir momentos mais e menos aceitáveis do argumento de autoridade. Pode-se apelar para argumentações de origem psicológica e

antropológica, no sentido de que o homem contém a necessidade de se justificar perante si e perante a sociedade, produzindo para tanto discursos de convencimento, mais preocupados em se impor do que em se fundar racionalmente. Pareto, por exemplo, chegou a desenvolver teorias a esse respeito, partindo de que o científico deveria considerar-se apenas o **enunciado lógico-experimental**, de estilo positivista. A ciência é luta contra a invasão de irracionalidades, também de origem inconsciente, em nome de posturas neutras. Estigmatiza sobretudo a invenção de autoridades gratuitas, que nada teriam a ver com o processo científico.<sup>9</sup>

Aqui, ficamos apenas com uma argumentação sociológica, que retira a importância relativa do argumento de autoridade do próprio débito social da ciência, assumindo que é preferível propor estratégias de controle a imaginar sua supressão ingênua. Dois parecem ser os momentos mais notáveis de justificação possível e discutível da presença do argumento de autoridade: na posição do perito e na obtenção/atribuição de prestígio.

### 2.2.1 Posição do Perito

O saber especializado é uma das fundamentações mais racionais da autoridade científica. Se um engenheiro afirmar que um prédio não vai cair e cremos nele, estamos fazendo um ato de confiança na autoridade, mas é justificada, porque há razões suficientes para esperarmos que tenha competência técnica para garantir sua afirmação. Na verdade, se o prédio não cai, não é porque o engenheiro disse, mas porque é consistente em suas fundações e em suas estruturas. Por outra, não é a afirmação do engenheiro que faz o prédio consistente, mas sua solidez interna. Mas aí está o problema: quem entende de solidez interna de um prédio? Só pode ser um perito.

A posição do perito ganhou relevância modernamente por causa da complexificação crescente de nossa sociedade. Já não é factível o sábio universal. O dirigente de uma organização complexa não pode dominar todas as faces do problema administrativo, e cerca-se, em decorrência, de especialistas: gente que trata de finanças, de pessoal, da produção, da avaliação e controle, e assim por diante. É tamanha hoje a necessidade de especialização, que muitos observam o recuo do espaço político em favor de tecnocratas.<sup>10</sup> Em resumo:

9. PARETO, V. *Trattato di sociologia Generale*. Milão, 1964.

10. DREITZEL, H. P. et alii. *Tecnocracia e ideologia*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. HABERMAS, J. *Technik und Wissenschaft als "Ideologie"*. Frankfurt, Suhrkamp, 1969. BECK, U. *Risikogesellschaft: auf dem Weg in eine andere Moderne*. Frankfurt, Suhrkamp, 1986. DEMO, P. *Ciências sociais e qualidade*. São Paulo, Almed, 1985. ILLICH, I. *Selbstbegrenzung: eine politische Kritik der Technik*. Frankfurt, Rowohlt, 1975.

8. BAHRO, R. *A alternativa: para uma crítica do socialismo real*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. GILLY, A. *Sacerdotes e burocratas: Introdução ao socialismo real*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

toda decisão política depende de sua viabilidade técnica, que pode facilmente condená-la. Esta postura é exagerada na prática, porque muitas decisões políticas são tomadas à revelia de laudos técnicos, como é clássico que planos de governo são feitos muito mais para legitimar gestões políticas do que para enfrentar os problemas aí diagnosticados. Mesmo assim, não é qualquer um que faz planos. Pelo contrário, só um especialista bastante refinado é capaz de fazê-lo, se exigirmos um plano sofisticado, com projeções, simulações, estratégias alternativas de enfrentamento dos problemas etc.

A especialização pode ser um vício, quando se torna idiotice especializada, pelo que se tem chamado a atenção para a necessidade de interdisciplinaridade. O generalista poderia ter visão de conjunto mais abrangente e cometer erros menores. Todavia, generalista também é especialista, apenas consciente de suas limitações e da necessidade de complementação.

O fato mais importante nesta parte, contudo, é a descoberta de um espaço de poder por meio do saber especializado, considerado bem raro. Ao lado da especialização propriamente dita, representada pela competência técnica na área, existe o elemento social da relevância política, à medida que se torna insubstituível e detentor de espaço próprio de poder. É um caminho para se tornar elite, para consagrar o trabalho intelectual, para elevar-se por cima da maioria coibida de acesso. Entretanto, pode-se justificar mais facilmente a autoridade fundada na competência. Diferente seria se a competência fosse fundada na autoridade, no sentido de se possuir "poder", mas não competência.

Esta relação atribui alguma congruência racional no espaço acadêmico, onde existem figuras detentoras de grande respeitabilidade pública porque são de fato competentes. Assim, poderíamos dizer que a citação bibliográfica, o apelo a posicionamentos de clássicos e de autores atuais, o apoio de especialistas reconhecidos no assunto são expedientes científicos normais, desde que tenham por trás o signo do saber especializado.

### 2.2.2 Posição/atribuição de prestígio

O problema do prestígio está em que se baseia na fama das pessoas, sem garantia de que corresponda a critérios mais sólidos. A rainha da Inglaterra terá talvez mais prestígio que seu primeiro ministro, embora este seja a figura decisiva na política concreta do país. O prestígio que não se refira à competência da respectiva pessoa, obtido pois por mérito, é atribuído por critérios outros, por vezes escusos ou obscuros, nos quais predomina a posição de poder sobre a capacidade técnica.

A escala de valores para atribuir prestígio segue muito mais critérios de ocupação de espaço de poder do que de espaço da competência ou de utilidade social. Seria possível admitir que a professora primária deve deter maior prestígio que um artista de novela. Entretanto, na indústria da comunicação, da propaganda e da cultura, o artista é tido como muito mais importante. A origem mais típica do prestígio é poder e dinheiro. Nesse sentido, muita gente competente tem pouco prestígio, bem como gente ignorante recebe notável destaque. Postos políticos freqüentemente são ocupados por pessoas que, se usados critérios de competência para a função, jamais seriam recomendadas.

A par da competência, o destaque pode ser atribuído pela experiência acumulada, que pode ser sucedâneo da competência. Em si, a especialização não se obtém pela acumulação de experiência, mas pelo seu domínio formal. Entretanto, a experiência pode enriquecer sobremaneira a especialização. Ademais, há atividades nas quais a experiência é a própria especialização, o que poderia justificar o respectivo prestígio. Não é o caso da ciência, cuja competência pode ser enriquecida pela experiência, mas somente será obtida pelo estudo disciplinado e metódico.

Pode haver **abuso da competência**, quando uma pessoa, por ser perita em certo ramo, se aproveita da ignorância ou insegurança de alguém que pede assessoria. O médico, por exemplo, tem condição de impingir ao paciente o diagnóstico que quiser. O advogado pode exigir do cliente pagamento muito superior aos custos da causa, pintando para ele dificuldades inventadas. É abuso da competência na universidade, por exemplo, apresentar-se para dar qualquer aula, como se dominasse qualquer assunto.

Pode haver **abuso do prestígio**, quando pessoas famosas, apenas por serem famosas, se dêem como tarefa pontificar sobre Deus e o mundo. Um exemplo corriqueiro é o "júri" de televisão. Praticamente só gente famosa pode pertencer a tais júris, porque a questão fundamental não é de técnica, mas de "audiência popular". Aí facilmente se pergunta a um jurado famoso o que acha da criminalidade urbana, ou da inflação, ou das reservas ecológicas do país. Pelo peso da fama, e neste caso pelo seu abuso, o que dizem é facilmente aceito como postura digna de respeito.

### 2.3 DIFICULDADES DO PLURALISMO

A atitude metodológica aqui argumentada pretende salvaguardar o pluralismo científico, definido como postura aberta a orientações contrárias, pelo menos no sentido de que, ao se refutar, se parta da

crítica interna. Do ponto de vista social, a relatividade de qualquer produção científica provoca a possibilidade de a tudo contestar. O pluralismo discutível tem faces atraentes: não só parte da crítica interna, quando contesta, mas igualmente baseia-se na autocrítica, à medida que se relativiza a si mesmo. Mas há um problema: se tudo se contesta, ou se tudo se aceita, chega-se ao imobilismo por excesso ou por carência.

A metodologia aberta, discutível, pode sucumbir à inércia, por temor de se fechar.

A total democracia, porém, só é possível em teoria. Na prática, temos de optar por uma versão, por mais que a consideremos a melhor possível no momento. Em nome da teoria da democracia, ou melhor, de sua utopia, podemos criticar a todas as surgidas ou por surgir; na prática, porém, temos de nos satisfazer com uma delas.<sup>11</sup> A insatisfação exageradamente cultivada pode virar esquizofrenia, quando se torna azedume diário de quem, sempre insatisfeito, também não consegue apresentar proposta que não tenha defeito.

O pluralismo não está em considerar todas as posturas de igual valor político, porque essa seria a pior postura imaginável, ou seja, a falta de postura. O pluralismo está, antes, no compromisso de abertura, em termos de discutibilidade. Ideologicamente falando, as posições nunca são iguais dentro de uma sociedade desigual. Preferimos uma posição à outra porque vemos nela vantagens específicas, ou, cientificamente, argumentos mais sólidos. Caso contrário, tanto faz ter esta ou aquela posição.

É diferente do homem eclético, ainda aceitável se o definirmos como aquele cuja posição é de buscar construir uma média das outras posições. Sendo uma construção, ainda que tendencialmente medíocre, pode ser vista como posição. Outra coisa é o "ecleticista", que, por falta de posição elaborada, fica com qualquer uma.

Em teoria, o pluralismo é sempre mais viável, à medida que ficamos no campo das hipóteses. Na prática, é muito difícil, e no limite inviável, porque não podemos ter, ao mesmo tempo, duas posições contrárias. No campo religioso a questão parece mais clara e aguda. Teoricamente não é tão difícil aceitar que Deus está em todas as denominações religiosas, podendo-se até tentar demarcar diferenças teóricas como secundárias. Na prática, porém, as pessoas são católicas, protestantes, batistas, islamitas etc., e não lhes parece que tanto faz estar numa ou noutra denominação. Qualquer grupo

11. BOTTOMORE, T. B. *Críticos da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. SONTHEIMER, K. *Das Elend unserer Intellektuellen*. Frankfurt, Hoffmann, 1976. FRIEDMAN, Y. *Machbare Utopien; Absage an geläufige Zukunftsmodelle*. Frankfurt, Fischer Alternativ, 1979. ERZGRAEBER, W. *Utopie und Antiutopie*. Frankfurt, Fink, 1980.

taxaria de traição o fato de alguém freqüentar denominações diferentes.

Na prática, o pluralismo esbarra na lógica dinâmica do poder, que não reconhece diferenças, mas desigualdades. Assim, formas diferentes de religião aparecem politicamente em níveis desiguais. Algo semelhante acontece no campo da cultura, onde diferenças fazem grande parte da substância enriquecedora. Entretanto, na prática, é muito difícil aceitar toda expressão cultural no mesmo patamar de importância, a começar pelo fato comum de que uma forma de cultura é dominante. O pluralismo tende a assumir a postura de concessão, como é o caso típico da Igreja Católica diante de grupos menores, que facilmente descreve como "seitas", ou o caso da cultura de elite que "tolera" a cultura popular.

Seja como for, o pluralismo, compreendido como componente da discutibilidade, é parte integrante do processo de criação científica, porque funda o direito de divergir, o direito de produzir com originalidade, o direito de ser diferente, o direito à alternativa. Monolitismo reproduz ciências oficiais, sempre medíocres, porque não são chamadas a criar, mas a bajular. Nesse sentido, democracia é uma das condições subjetivas vitais para a produção científica de qualidade.

## 2.4 UM ELOGIO AO ERRO

Segundo Canguilhem, Bachelard teria proclamado como uma de suas molas mestras metodológicas o "primado teórico do erro".<sup>12</sup> Esta asserção pode assustar o lógico formal, que, ao formalizar o discurso científico, veria no erro o contrário do científico, ou do verdadeiro. A visão formal, que tem seu protótipo na matemática — ciência da pura forma — constrói como seu pano de fundo um quadro típico de movimentação mental calcado na objetividade. A relação objetiva é aquela dada em si, uma estrutura formal não histórica, independente de qualquer iniciativa subjetiva. Não temos o poder de mudar, por exemplo, o princípio lógico de identidade. Nossa mente já está assim programada.

12. CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. Apud BACHELARD, G. et alii. *Epistemologia: a teoria das ciências questionada por Bachelard, Miller, Canguilhem, Foucault*. Tempo Brasileiro, 28: 47 ss, 1972. BACHELARD, G. *O novo espírito científico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968. ———. *Le rationalisme appliqué*. Paris, PUF, 1970. ———. *La philosophie du non essai d'une philosophie du nouvel esprit scientifique*. Paris, PUF, 1972. JAPIASSU, H. F. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. ———. *Para ler Bachelard*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. QUILLIET, P., org. *Introdução ao pensamento de Bachelard*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. BACHELARD, G. *El compromiso racionalista*. Buenos Aires, Siglo 21, 1972.

Todo discurso que satisfizesse as leis da lógica, por definição, seria um discurso sem erro, pois, sendo o erro uma incoerência, não cabe na lógica. Isto alimenta a expectativa formalista de que seria possível fundar uma ciência objetiva, nos quadros da objetividade, da evidência, da verdade.<sup>13</sup> Entretanto, é mister distinguir entre o plano da forma e o do conteúdo. Uma ideologia também pode ser lógica na forma.

A **objetivação**, entendida como o esforço metodológico de fidelidade à realidade e como proposta de discussão crítica e autocrítica, pode ser mantida como ideal científico, porquanto não se satisfaz apenas com forma, mas alcança a problemática do conteúdo.<sup>14</sup> Se a ciência fosse apenas algo formal, como quer o positivismo, não iria além da construção instrumental e formal. Não seria inventiva também, porque, dadas as formas, só há que descobri-las, como as leis, que não fazemos, apenas descobrimos. O problema é este: uma ciência formal serve para qualquer coisa. Ora, "servir para qualquer coisa" será algo apenas formal?

A processualidade dialética da ciência tem uma de suas raízes na idéia de que a presença do erro na produção científica pode ser aferida de dois pontos de vista. Do ponto de vista formal-lógico, o erro é defeito e como tal deve ser eliminado. Do ponto de vista do conteúdo, é a própria condição de sua processualidade, porque ciência sem erro é dogma. Ao falarmos de elogio ao erro, não queremos certamente significar que as portas da ciência estão abertas a ele arbitrariamente, mas apenas que sua presença na produção científica é muito mais certa que a certeza, sendo isso um defeito em parte superável, em parte inevitável. A renovação do conhecimento é diretamente proporcional à presença do erro.

Sem nos adiantarmos na discussão, mesmo no campo do positivismo, que normalmente insiste na objetividade científica, há vozes que desistiram da fundamentação última da ciência, passando a admitir como critério indispensável de demarcação o exercício irrestrito da crítica.<sup>15</sup> Tal postura é derivada apenas de limites lógicos,

enquanto aqui acentuamos ademais a processualidade histórica, que se nutre, entre outras coisas, da limitação histórica do cientista. Em algum lugar, em algum tempo, o cientista erra, graças a Deus, e com isto a ciência continua, se renova, se retoma, se abandona, se reinventa.

O apelo ao teste crítico no plano da intersubjetividade não será, pois, entrega da ciência ao arbítrio da autoridade, mas o recurso realista e histórico ao contexto sempre também social da produção científica, que, não sendo evidente, pode, porém, ser controlável, dentro de esforço regido por regras críticas de jogo, que entendemos aqui como a discutibilidade. Toda produção científica em ciências sociais é provisória. Taxar de objetivo aquilo que a intersubjetividade julga consensual é tremenda metáfora, embora tenha seu lugar na relatividade histórica.

Dentro deste contexto, o erro não aparece como fatalidade, mas como condição processual: se é condição de cientificidade da teoria ser superável ou poder ser rebatida por críticos, então é correto afirmar que realiza apenas uma aproximação, um possível cerco, um dos horizontes da abordagem. O método aproximativo típico é **trial and error**, em que o erro e sua descoberta dão a possibilidade do passo seguinte. Contudo, é necessário entender que o erro identificado deve ser superado. Não se diz, pois, que uma teoria mais errada seja preferível a uma menos errada. Diz-se, porém, que a superação de uma teoria errada não leva a uma teoria certa, mas apenas talvez a uma menos errada, já que não eliminamos a perspectiva de mera aproximação.

De maneira geral, é possível catalogar dois tipos de erros: o **erro metodologicamente evitável** e o **erro inevitável**. Metodologicamente evitáveis são os erros qualificáveis como atentados contra a opção de determinado método de pesquisa, tanto em nível teórico, quanto prático, mas sobretudo erros de forma. Contradições, deduções contraditórias, infração aos princípios formais básicos da epistemologia, da matemática, são erros que devem ser evitados, porque não cabem na processualidade. Erros contra opções metodológicas específicas já possuem a contextualização relativa histórica, e por isso são erros relativos a determinada opção. Para o estruturalista é erro atribuir ao nível de consciência a importância explicativa dos fenômenos sociais, mas não seria erro dentro de certa dialética.

O **erro inevitável** também tem origem formal, no sentido de imperfeição estrutural, quando temos de aceitar, por exemplo, que nenhum conceito consegue se definir em termos finais, porque o

13. NAGEL, E. *La lógica sin metafísica*. Madrid, Tecnos, 1974. CHISHOLM, R. M. *Teoría do conhecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. AYER, A. J. *The problem of knowledge*. London, Pelican, 1972. HESSEN, J. *Teoría do conhecimento*. Coimbra, Arménio Amado, 1968. HEMPEL, C. G. *Filosofia da ciência natural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. GRANGER, G. G. *Pensamento formal e ciências do homem I e II*. Lisboa, Presença, 1976.
14. PECHEUX, M. & FICHANT, M. *Sobre a história das ciências*. Lisboa, Estampa, 1971. BAGU, S. *Tiempo, realidad social y conocimiento*. Buenos Aires, Siglo 21, 1973. BRAUDEL, F. *História e ciências sociais*. Lisboa, Presença, 1972. MORAZÉ, C. *A lógica da história*. São Paulo, Difel, 1970.
15. ALBERT, H. *Tratado da razão crítica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1976. POPPER, K. R. *The logic of scientific discovery*. Londres, Hutchinson, 1965.



regresso ao infinito não permite. Entretanto, isto não é propriamente erro, mas limite estrutural. Erro, em pleno sentido, é a limitação social, voluntária ou involuntária, entendida como **infração deturpante**, particularmente a ideologia. Pela via da ideologia, inevitável e intrínseca em ciências sociais, penetra o erro inevitável, no sentido específico de proteção interesseira do ponto de vista. Assim, Weber tentou colocar teoria alternativa à de Marx, porque julgou ter encontrado neste um erro de perspectiva, a saber, a supervalorização da determinação infra-estrutural, enquanto lhe parecia que tal função caberia a componentes culturais, como a relevância da postura calvinista para a implantação e o progresso do capitalismo. A postura de Durkheim também parte de um revide a Marx, na base de um possível erro de perspectiva. A Escola de Frankfurt tentou trabalhar uma alternativa ao modo positivista de ver, instalando a teoria crítica como móvel principal da cientificidade.

Entretanto, embora cada teoria nova imagine poder superar o erro anterior, pelo que o considera evitável, o que consideramos inevitável aqui é que a próxima teoria não nasça sem erro. Portanto, é inevitável que uma teoria tenha erro, talvez também formal, mas sobretudo de caráter processual, o que torna o processo científico um diálogo polêmico a partir dos erros mútuos. Embora isso possa degenerar em ataque fútil, é da alma da ciência esta abertura oriunda da limitação processual também estrutural, que funda a discutibilidade.

O erro inevitável assim é por ser estrutural; está na estrutura lógica, por ser limite objetivo, e por isso não é propriamente erro; e está na estrutura processual, no sentido de que os cientistas produzem algo relativo a tempo e lugar, ideologicamente marcado, ou seja, um erro produzido dentro das condições subjetivas. Diz Bachelard, na interpretação de Canguilhem: "O primeiro axioma é o relativo ao **primado teórico do erro**. 'A verdade só ganha seu pleno sentido ao fim de uma polêmica. Não poderia haver aí verdade primeira. Não há senão erros primeiros.' Notemos de passagem o estilo pitagórico e cartesiano da forma gramatical. Verdade primeira está no singular, erros primeiros no plural. Mais lapidarmente o mesmo axioma se enuncia: 'Um verdadeiro sobre o fundo de erro, tal é a forma do pensamento científico.'" <sup>16</sup>

16. CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. Apud BACHELARD, G. Conhecimento comum e conhecimento científico. In: \_\_\_\_\_ et alii. Epistemologia: a teoria das ciências questionada por Bachelard, Miller, Canguilhem, Foucault. Tempo Brasileiro, 28: 27-56, 1972. \_\_\_\_\_ A atualidade da história das ciências. In: \_\_\_\_\_ et alii. Epistemologia. Op. cit. p. 22-6.

## 2.5 MITO DO PORTO SEGURO

No reverso desta medalha aparece a tendência social de encobrir o erro, insinuando a possibilidade farsante de um "porto seguro", onde já não haveria erro, incerteza, crítica. Os **paradigmas científicos**, como Kuhn os colocou,<sup>17</sup> representam também esta problemática, no sentido de que possuem a função inevitável de cristalizar caminhos reconhecidos como seguros em determinada época. A intersubjetividade vive disso, na prática, avaliando a produção científica sobre marcas de um paradigma dominante. A revolução científica se faz na quebra de paradigmas cristalizados, ou no choque entre eles, provocando renovações mais e menos radicais. Por outra, a novidade não traz o último passo da história ou a descoberta da verdade final, mas apenas outro paradigma, que vale o quanto pesa, em sua inevitável relatividade histórica.

Assim, Marx inaugurou novo paradigma científico, quando se pôs a superar a postura de Hegel (paradigma anterior), procurando explicações históricas que lhe pareciam mais profundas, mais realistas, mais capazes de ir à raiz dos fenômenos. Tomou outro ponto de partida, ou seja, considerou mais relevante na realidade a base material e se aproximou dos ideais então fortemente instigados da ciência natural nascente, o que lhe permitiria fundar uma ciência exata da história, como Darwin fundara a ciência exata (baseada em leis férreas) da evolução das espécies. Esta virada, por mais que seja discutível, como toda proposta científica, foi monumental e está na raiz de extensa produção científica alternativa.<sup>18</sup>

Entretanto, o novo paradigma, ao lado de trazer novidade de extrema relevância, também reproduz o mito do porto seguro, à medida que, de novo e inovador, passa a uma postura vigente e, em certos horizontes, dominante. No início, foi móvel fundamental da emancipação, ao tomar consciência das falhas do paradigma anterior e ao adotar exercício aberto de discussão crítica radical. Com o tempo, pode tornar-se camisa-de-força, e precisamente coibir a próxima emancipação.

Uma das fontes do porto seguro é o trajeto doloroso que provoca o processo de emancipação, pois obriga a assumir a insegurança,

17. KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva, 1975. \_\_\_\_\_ Lógica da descoberta ou psicologia da pesquisa. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, M., org. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo, Cultrix, 1979. p. 5-32. MASTERMAN, M. A natureza de um paradigma. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, M., org. Op. cit. p. 72-108.

18. MARX K. Contribuição para a crítica da economia política. Lisboa, Estampa, 1973. GODELIER, M. et alii. Epistemologia e marxismo. Barcelona, Martínez Roca, 1974. GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. LEFÉBVRE, H. Sociologia de Marx. Rio de Janeiro, Forense, 1968. GALVÃO, L. A. Marx & Marx. São Paulo, Ática, 1977.

o medo, a limitação, a partir do que se coloca a necessidade de construir caminho próprio, preferível a parasitar sobre rotas surradas e já desatualizadas. Por temor à emancipação, é comum no campo científico a escola corporativista, mais interessada em compor adeptos e em cultivar seu paradigma científico como intocável do que em produzir ciência nova. É mais cômodo parasitar sob o manto de um paradigma dado, sobretudo quando a ele se ligam figuras consideradas intocáveis. Ser original dá muito trabalho, geralmente custa muita polêmica, e supõe remar contra a maré. Assim, o paradigma científico está tanto na raiz da virada quanto na raiz da mediocridade. Uma escola acadêmica, inevitavelmente, tem figuras de proa, mas tem sobretudo um séquito de parasitas.

O exemplo marxista ainda é o mais ilustrativo. Marx dizia não ser marxista, sugerindo que o processo científico em que se encontrava tinha a marca processual da busca crítica, sem resultados definitivos. O problema são os discípulos, que o transformam de pesquisador discutível em matrona científica. A história, entretanto, mostra que o marxismo se revigora quando encontra o intérprete crítico, como a Escola de Frankfurt, como Althusser, como Offe, e assim por diante, nos quais, mais que se repetir, se renova. Precisamente esta era a expectativa de Marx.<sup>19</sup>

O porto seguro é uma ficção anticientífica, de origem social, particularmente de apego excessivo à tutela autoritária.

Todavia, criticar e ser criticado parece fórmula fácil, mas é extremamente difícil de praticar. Demonstra o valor da comunidade crítica, do professor aberto, do educador motivador, do pesquisador desarmado e produtivo. A comunicação crítica não supõe, porém, nem o consenso total, como se um dia todos pudessem ter a mesma postura homogênea, nem o dissenso total, como se a produção científica fosse possível na destruição mútua. Supõe, sim, que a existência de consenso é consequência apenas possível da superação de certos dissensos e que o possível consenso não se define pela inexistência de pontos de vista diversos e divergentes, mas pela renúncia crítica e autocrítica da absolutização de seu próprio. Exige, pois, tirocínio acerbo, ancorado em qualidade formal e política. Exige o convívio diário com a contingência científica: exige opção madura, a que se chega após o confronto com outras posições, embasada em crítica interna; exige o tratamento do ponto de vista alheio a partir dele mesmo, antes de refutar; e exige muita renúncia, porque consenso é talvez muito mais a média das desigualdades toleradas do que a média das igualdades fortuitas ou impingidas.

19. WELLMER, A. *Kritische Gesellschaftstheorie und Postivismus*. Frankfurt. Suhrkamp, 1969.

Esta postura contém certamente uma fé: a fé na razão, que sendo muitas vezes insensata, é, apesar disso, quem pode qualificar e criticar a insensatez.<sup>20</sup> A discussão livre supõe o contexto da liberdade, que inclui, entre outras coisas, também a possibilidade de não-consenso. Supõe, por coerência, também, que se abuse da liberdade. Mas crê que a maneira mais segura de se conservar espírito crítico é manter o crédito que se dá à nossa instância crítica: a razão. Ela não precisa submeter-se sequer aos fatos. É em nome dela que, apesar de todos os fatos em contrário, não desistimos de uma sociedade mais igual, e, se possível fora, totalmente igual. A presença da utopia é a luta diária da razão contra os fatos, em nome da esperança. Se a razão pode desvirtuar a crítica, pois é ela que forja sofismas e ideologias, é capaz também de desmascará-los, à medida que exerce autocrítica. É dúbia e reflexa: racional e irracional; crítica e autocrítica; comete erros, mas a partir deles se supera.

Por isso, é critério arriscado e ambíguo. No entanto, é marca de sua processualidade dialética, na unidade de contrários. Do risco nasce a aventura da criação, como pode nascer o caos.

Na contramão surge a credulidade, porque ninguém consegue autocrítica perfeita, como se pudéssemos conhecer-nos irrestritamente. Por mais que seja marca da precariedade, a credulidade tem seu lado importante, porque é o acerto realista com o compromisso de crítica. Só criticar, além de atividade destrutiva parasitária, leva ao azedume profissional. Humanamente, é mister crer em alguma coisa, porque ninguém é tão perfeito que não sinta falta de uma bengala. A credulidade mais aceitável será aquela que opta por um tipo de metodologia, ciente de que não é a última palavra, mas de que, entre as opções possíveis, é a que lhe pareceu mais fundamental, por enquanto. Existe nisto credulidade, porque toda construção científica, sobretudo no seu espaço e tempo sociais, convive com ideologias e autoridades. Mas é uma credulidade "razoável", porque se alimenta da impulsividade e da insensatez da razão.

20. MARCUSE, H. *Reason and revolution; Hegel and the rise of social theory*. New York, Humanities, 1954. DUERR, H. P. *Traumzeit, Ueber die Grenzen zwischen Wildnis und Zivilisation*. Stuttgart, EVA, 1983. TRAUBE, K. *Wachstum oder Askese?: Kritik der Industrialisierung von Beduerfnissen*. Frankfurt, Rororo, 1982. GLASER, H. & STAHL, K. H. *Die Wiedergewinnung des Aesthetischen*. Stuttgart, Juventa, 1974. LEDERER, K. org. *Human needs, Delgeschlager*. Koenigstein, Gunn & Hein, 1980. FROMM, E. *Haben oder Sein; die seelischen Grundlagen einer neuen Gesellschaft*. Stuttgart, Deutsche Verlagsanstalt, 1976. DIRKS, W. et alii. *Existenzwissen*. Frankfurt, *Frankfurter Hefte*, Extra 5, Mai 1983.

# 3

## Pesquisa Metodológica: Potencialidades e Limites

### 3.1 METODOLOGIA COMO PESQUISA

Metodologia é disciplina instrumental para o cientista social. Alguns se dedicam a ela especificamente e fazem dela um campo próprio de pesquisa. Mas, apesar de instrumental, é condição necessária para a competência científica, porque poucas coisas cristalizam incompetência mais gritante do que a despreocupação metodológica. Perguntar-se sempre o que faz científica a ciência é preocupação que está na origem da capacidade produtiva.<sup>1</sup>

Como pesquisa, significa a produção crítica e autocrítica de caminhos alternativos, bem como a inquirição sobre os caminhos vigentes e passados. Conteúdos mais evidentes da preocupação metodológica seriam:

- a) Em primeiro lugar, a metodologia questiona a **cientificidade** da produção científica, colocando em discussão sua **demarcação**, coisa de que já tratamos com algum detalhe. Pode ser vista de modo apenas formal, como é uso em posturas positivistas e estruturalistas, e na confluência do formal e do histórico, como estamos tentando aqui.

1. CERVO, A. L. & BERVIAN, P. A. Metodologia científica. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1973. WEATHERHALL, M. Método científico. São Paulo, Edusp, 1970. LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. A. Metodologia científica. São Paulo, Atlas, 1982. ———. Técnicas de pesquisa. São Paulo, Atlas, 1982. VERA, A. A. Metodologia da pesquisa científica. Porto Alegre, Globo, 1974. PRIM, R. & TILMANN, H. Grundlagen einer kritisch-rationalen Sozialwissenschaft. Muenchen, Quelle & Meyer, 1979. HABERMAS, J. Zur Logik der Sozialwissenschaften. Frankfurt, Suhrkamp, 1970. OPP, K. D. Methodologie der Sozialwissenschaften und Positivismus. Frankfurt, Rororo, 1976. TOPITSCH, E., org. Logik der Sozialwissenschaften. Köln-Merlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. SMART, B. Sociologia, fenomenologia e análise marxista; uma discussão crítica da teoria e da prática de uma ciência da sociedade. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. DEMO, P. Introdução à metodologia da ciência. São Paulo, Atlas, 1985. TOPITSCH, E. & SALAMUN, K. Ideologie; Herrschaft des Vor-urteils. Frankfurt, Langen Mueller, 1972.

- b) Em segundo lugar, questiona-se a **construção do objeto científico**, dentro do contexto da discussão sobre "objeto construído". A questão mais incisiva seria o desvendamento da concepção de realidade que está por trás da opção metodológica, dela dependente e mesmo decorrente. Isso ajuda a definir o paradigma científico, a contextualizar no espaço e no tempo, a elucidar os fundamentos formais e históricos, a antever horizontes ideológicos, e assim por diante.
- c) Em terceiro lugar, estudam-se **abordagens metodológicas**, clássicas e atuais, bem como alternativas, tais como: **empirismo, positivismo, dialética, estruturalismo, sistemismo, posturas alternativas do tipo pesquisa participante** etc.

Na segunda parte desta obra nos dedicaremos a tais abordagens. Aqui interessa preliminarmente apenas levantar pontos pertinentes da pesquisa metodológica. Assim, para cada abordagem é possível pensar em questionamentos, tais como:

- **categorias básicas:** todo corpo científico possui um punhado de categorias vitais, sobre as quais se centra, como é, por exemplo, a unidade de contrários para a dialética, a propriedade formal lógica para o positivismo, prática histórica para a pesquisa participante etc.;
- **autodefinição:** usando a crítica interna, trata-se de compreender como se põe cada abordagem, o que promete, o que imagina superar, o que deseja inovar;
- **fenômenos sociais privilegiados:** como a realidade toda não está em nenhuma abordagem, é fundamental desvendar o que se acha mais relevante na realidade, como a infra-estrutura econômica para certa dialética, o consenso social para o funcionalismo, o inconsciente para o estruturalismo;
- **pressupostos ontológicos:** mundivisão subjacente, mesmo em nível de pressupostos obscuros, que são pontos gratuitos de partida, impenetráveis à fundamentação científica posterior; para por-se a captar a realidade, supõe-se ter uma concepção dela, que vai delimitar a opção por métodos;
- **pretensão crítica:** que paradigma(s) busca refutar, e qual o novo que imagina inaugurar; qual sua originalidade;
- **ideologia:** a que tipo de projeto social serve, à revelia, por ingenuidade, ou por sagacidade;

- **escolas:** não existe uma dialética, um positivismo; todas as abordagens seguem interpretações internas heterogêneas e mesmo contraditórias;
  - **comparação crítica:** confronto das várias abordagens, partindo da crítica interna, para permitir opções conscientes, críticas e autocríticas;
  - **tendências atuais:** indagação sobre os rumos emergentes, revisões, polêmicas relevantes.
- d) Em quarto lugar, a metodologia dedica-se a **aferições metodológicas**, cujo conteúdo mais central é a análise minuciosa de determinada produção científica, de determinado autor, de determinada escola. Podemos imaginar alguns tópicos pertinentes:
- **aplicação de critérios de cientificidade**, sobretudo do ponto de vista da crítica interna, mas também da intersubjetividade, sem esquecer o problema da qualidade política;
  - **modo peculiar de argumentação:** maneira pessoal ou típica de conduzir as fundamentações teóricas, que inclui pontos indiscutíveis de partida, teses aceitas, autoridades respeitadas e também propostas próprias bem ou mal conduzidas;
  - **ideologia latente ou manifesta:** em termos de qualidade política, que tipo de projeto de sociedade está por trás dela, está explícito, ou ela esconde;
  - **a que escola metodológica se filia**, ou se aproxima, ou de quais se afasta, e ainda que caminhos próprios sugere;
  - **balanço entre teoria e prática:** como é tratado ou camuflado o problema;
  - **lugar da teoria e da empiria:** como aparece a atividade específica do cientista — papel do teórico, papel do coletor, mensurador e analista de dados quantitativos, papel do crítico;
  - **originalidade:** que traz de novo, que repete;
  - **capacidade crítica**, sobretudo como autocrítica: o que derruba e o que constrói.

### 3.2 A CRIATIVIDADE SOCIALIZADA

Metodologia contém a idéia de **caminho a ser seguido**, podendo-se atribuir ao metodólogo a tonalidade moralizante do guarda de

trânsito. O rigor lógico pode ser tomado tão a sério que, em vez de ser caminho da produção criativa, se torna fim em si mesmo. O cientista "quadrado" pode originar-se da sujeição obtusa a normas metodológicas.

É preciso repisar que metodologia é instrumental para a pesquisa e não a pesquisa. Existe dificuldade real de se adequar a preocupação metodológica com a criatividade científica, se a definirmos como construção para além da tautologia, da repetição do já dito, insistindo-se na espontaneidade, mais que em cerceamentos, capaz de ver no método uma potenciação do inventivo, não a obsessão normativista. Talvez seja esta a mágoa do metodólogo: o espírito inventivo aprende metodologia mais para saber rejeitar do que seguir, assim como o artista aprende regras da arte sabendo que arte realmente criativa surge depois das regras e quase sempre contra as regras. Entretanto, para desprezar as regras, é mister dominá-las.

Dentro da conotação social do processo científico, é mais fácil interpretar esta limitação metodológica a partir da constatação corriqueira de que a **sociedade é uma norma**. Viver em sociedade significa inevitavelmente institucionalizar um tipo médio de comportamento, dito normal, porque seguido pela maioria. Se a toda hora inventássemos um comportamento inesperado, instalaríamos o caos. A sociedade e qualquer instituição funciona pela normalidade, repetindo todo dia o dia anterior. Torna-se tranqüila, previsível, funcional. No extremo, torna-se "camisa-de-força", quando se tolhe toda a individualidade própria, se impõe norma dominante que oprime pessoas e grupos. Em toda sociedade há uma estrutura de normas, valores, codificados na cultura, bem como de sanções, voltadas a garantir o seguimento deles. Esta é uma necessidade institucional, mas é igualmente o signo inevitável da mediocridade. É o reino do "bom menino", obediente, respeitoso, dócil, que os pais desejam para si.<sup>2</sup>

Se assim é, decorre que a **ciência também é uma norma**, porque, no lastro de uma produção também tipicamente social, não pode institucionalizar-se sem normas, valores, ritos e mitos, que conformam o comportamento dos cientistas. Metodologia aparece neste espaço como o reflexo mais direto desta decorrência. Em parte, pelo menos, a formação científica é **domesticação do candidato**, de quem se espera que assimile as regras da conduta científica e as reproduza com fidelidade. Pode-se dizer que o rigor metodológico prefere o fiel ao competente, porque tende a definir competência como fidelidade metódica.

2. DAHRENDORF, R. Homo sociologicus. In: ———. *Ensaio de teoria da sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974. p. 32-106. DAHRENDORF, R. *Sociedad y libertad: hacia un analisis sociológico de la actualidad*. Madrid, Tecnos, 1966. DEMO, P. *Sociologia: uma Introdução crítica*. São Paulo, Atlas, 1985. DAHRENDORF, R. *Sociedad y sociología*. Madrid, Tecnos, 1966.

Há um texto candente de McLuhan, que assim diz: "Já salientamos, muitas vezes, que o professor é o único profissional cujo fracasso é atribuído, automaticamente, a suas vítimas: **se o aluno não aprende, é que não estudou**, jamais foi culpa do professor... Toda máquina escolar é feita para garantir uma platéia (auditório) dócil ao professor, sem se indagar se o professor é um ator que mereça atenção. Qualquer ator adoraria dispor de uma máquina assim, que, se não aplaude, pelo menos não vaia... Muita vez, os professores são pessoas com profundos problemas de personalidade, chegando ao limiar da psicose, sem que os alunos possam alegar motivos como estes para rebelar-se, como acontece, tantas vezes, com relação a pais e mães esquizofrênicos ou maniaco-depressivos. Todos aceitam, facilmente, que todo professor (pai e mãe) seja normal e que os alunos que contra ele se rebelam sejam delinquentes... Os professores têm, pois, um **auditório-cativo**, por mais repugnantes que sejam suas 'aulas' para seus ouvintes. É evidente que as coisas não continuarão assim. No futuro, admitir-se-á (mesmo para os professores normais) que certos alunos não tolerem certas aulas, podendo fazer opções. Aliás, só agora se percebe o absurdo de fazer todos os alunos aprenderem as mesmas coisas, como nos restaurantes coletivos de internatos... A aprendizagem padronizada estimula o isolamento, porque priva da necessidade de **comunicação**: ninguém tem nada a dizer a ninguém... Quanto mais diferentes os indivíduos, mais possibilidades de transmitirem uns aos outros sua experiência (comunicação — tornar comum a experiência). O aluno, pois, como num supermercado, numa livraria, no **dial** do rádio ou da televisão, escolherá, das ofertas possíveis, a que melhor lhe convier. Ora, se a escolha é livre, o professor não terá de usar coação (punições, exames, diplomas) para obter resultados. Enquanto o professor tiver o poder de destruir o aluno mediante **reprovação**, o sistema escolar estará, fundamentalmente, corrompido pela coação irresistível. Não se trata de suprimir a **avaliação** (diagnóstico-prognóstico), mas de retirar da avaliação o poder de destruição e de atemorização, donde surge a fraude (cola). Daí a avaliação passar para a própria 'classe', entregando-se aos jovens o poder de autodiagnosticar. Quem já não viu os jovens formando um **time**, mediante 'par ou ímpar', sabe como eles são justos, rigorosos e objetivos em se autoavaliarem. Dessa forma, o 'técnico do time' não joga o jogo da educação: preside a atividade como um **expert** que critica, sugere, estimula, mas não decide. Não há **orador e auditório**, mas um grupo de trabalho assessorado pelo perito. Esta posição é muito mais dignificante para o 'professor' que a de carcereiro e carrasco, com que se deliciam os temperamentos sádicos."<sup>3</sup>

3. Texto de McLuhan, citado em LIMA, L. O. *Mutações em educação segundo McLuhan*. Petrópolis, Vozes, 1971, p. 28-9.

Na concepção **nomotética** da ciência já existe a expectativa normalizante: a realidade tem comportamento necessário, regido por leis estritas, no contexto rígido de causa/efeito. Não há margem de liberdade, como se, de repente, uma pedra em queda livre "resolvesse" não cair. Em ciências sociais não há determinismos desta espécie, mas conserva-se a expectativa da regularidade, da média estatística, que está em todas as formas de institucionalização, fundada na normalidade.

Marcuse, ao analisar a propensão sistêmica da sociedade moderna, que prende a razão a um tipo de racionalidade funcional, coibindo mudanças importantes, parte para uma visão da necessidade de ultrapassar limites, soltando a criatividade. A unidimensionalidade desta sociedade está sobretudo na repressão sibilina e sagaz que faz das forças alternativas, sobretudo cooptando-se no sistema, e assim desfazendo seu potencial mobilizador.<sup>4</sup> Dá importância a algumas categorias libertadoras, como a **fantasia**, **parceira da utopia**, a **arte** e a **dimensão estética**, bem como a expressões contíguas como a **intuição** e o **impulso lúdico**.<sup>5</sup>

Poderíamos talvez sintetizar esta preocupação tão interessante na concepção da **teoria crítica**, capaz tanto de atender aos reclamos da lógica e das formalidades estruturais e históricas quanto de jogar sobre tudo isso o desprezo consciente de sua tendência à mediocridade. É proibido proibir. A norma é a contranorma. A cultura é a contracultura. A ciência bem comportada cuida apenas da casca normal da vida e prefere tratar aquilo que na realidade apresenta face mensurável, quantificável, testável. Tende a considerar **mais real** aquilo que se **ensaca** mais facilmente nos estereótipos do método. Em vez de a metodologia aparecer como condição de emancipação da razão crítica, torna-se sua carcereira.<sup>6</sup>

"É que a realidade do mundo está sempre para ser retomada, estando sob a responsabilidade da razão. E a razão nunca parou de ser insensata para tratar de se tornar sempre mais racional. Se a

4. MARCUSE, H. *Ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. ILLICH, I. *Selbstbegrenzung: eine politische Kritik der Technik*. Frankfurt, Rowohlt, 1975. LOEW, I. *Ausbeutung des Menschen durch den Menschen*. Stuttgart, DIV, 1974. ULLRICH, O. *Technik und Herrschaft*. Frankfurt, Suhrkamp, 1977.
5. MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. HENTIG, H. *Magier oder Magister?: Ueber die Einheit der Wissenschaft im Verstandigungsprozess*. Frankfurt, Suhrkamp, 1974. WOLFF, R. P. *In defense of anarchism*. New York, Harper & Row, 1970. JOUHY, E. *Bleiche herrschaft: dunkle Kulturen*. Stuttgart, IKO, 1985. GIZYCKI, H. & HABICHT, H., org. *Oasen der Freiheit: von der Schwierigkeit der Selbstbestimmung*. Frankfurt, Fischer Alternativ, 1979.
6. RUSCONI, G. E. *Teoría crítica de la sociedad*. Barcelona, Martínez Roca, 1969. COOPER, D., org. *Dialética da libertação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. BAUMAN, Z. *Por uma sociologia crítica: um ensaio sobre senso comum e emancipação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977. FREITAG, B. & ROUANET, S. P. *Habermas*. São Paulo, Ática, 1980. SEIFFERT, H. *Marxismus und buergerliche Wissenschaft*. Muenchen, Beck, 1971. HABERMAS, J. et alii, org. *Hermeneutik und Ideologiekritik*. Frankfurt, Suhrkamp, 1973. BIRNBAUM, N. *Toward a critical sociology*. Oxford, Oxford University Press, 1973.

razão não fosse racional, acabaria um dia se contentando com seu êxito, dizendo sim a seu ativo. Mas é sempre não e não. Como explicar este poder de negação perpetuamente relançado? Numa admirável fórmula, Bachelard disse um dia que 'nós temos o poder de acordar as fontes'. Ora, encontra-se no coração mesmo do homem uma fonte que não se esgota nunca, que não precisa ser acordada e é a fonte mesma daquilo a que a filosofia durante muito tempo rendeu homenagens, ao sono do corpo e do espírito, a fonte dos sonhos, das imagens, das ilusões. É a permanência deste poder originário, literalmente poético, que constrange a razão a seu esforço permanente de denegação, de crítica, de redução. A dialética racional, a ingratidão essencial da razão pelos seus êxitos sucessivos não fazem senão designar a presença na consciência de uma força nunca esgotada de diversão (divergência) do real, de uma força que acompanha sempre o pensamento científico, não como uma sombra, mas como uma contraluz. Ao observar bem, poder-se-ia compreender, se fosse de outra maneira, que uma cascata ininterrupta de negações não terminasse enfim, de corte em corte e de resíduo em resíduo, no vazio e no nada? Se o espírito científico só pode constituir-se sobre as ruínas do espírito não científico, não é necessário admitir que este espírito não científico, que só se pode chamar assim pela sua relação com a ciência quando ela o negou, seja mais que uma vaidade entrevista no momento mesmo do seu desfalecimento? É preciso que ele seja, à sua maneira e por seu lado, uma força autêntica, mesmo que seja de jogo, e que obrigue a razão a se decidir e a se definir ela própria como força de o barrar."<sup>7</sup> Esta passagem de Canguilhem sobre Bachelard realça de forma feliz o crédito depositado a favor da razão como força negadora e crítica. A "má vontade crítica", que chega mesmo a ser formulada como "anti-ciência" é colocada como mola mestra propulsora da atividade científica.<sup>8</sup>

Não se trata de um conceito racionalista formalista de razão, de estilo positivista. É todo o contrário, na unidade de contrários. A irracionalidade nem sempre é um lapso, mas o lado criativo da razão, quando aparece como poesia, como arte, como invenção, como revolução. Assim, ciência racional não é aquela que resseca o espírito, porque quer o homem como ator fora de cena; ao contrário, é aquela capaz de ver a forma, mas sobretudo de querer a felicidade

histórica da sociedade, a cujo serviço deve estar a ciência. Ciência também como poesia, arte, felicidade.<sup>9</sup>

### 3.3 ANTIMETODOLOGIA

Antes de mais nada, é mister reconhecer que antimetodologia também é metodologia. Pretende-se, no fundo, oferecer sugestões de comportamento que, se seguidas, garantiriam a formação do espírito inventivo. Mesmo que negasse a importância de qualquer método, isso também seria método. A anarquia em si não é factível, a começar pela idéia de comportamento anárquico: se é delineável como comportamento, já não é anarquia. Comportamento anárquico há de significar o esforço de desprender, tanto quanto possível, a atividade científica de padrões tão rígidos que lhe entravam a criatividade.<sup>10</sup>

Os limites da antimetodologia são os mesmos da teoria crítica. Na teoria pode dar-se como radical, no sentido de não reconhecer qualquer necessidade de método, ou de pretender mostrar que criar somente se poderia fazer destruindo o método. Mas, desde que seja proposta concreta, incorre nas marcas típicas da vida social. De pouco adiantaria destruir tudo, até por ser comodismo barato. Se é para construir, mesmo que sobre os escombros dos métodos vigentes e considerados inúteis, temos que apresentar alguma coisa de concreto, com pé e cabeça, com começo, meio e fim, o que já significa algo não propriamente anárquico em sentido estrito. Segundo o espírito da coisa, que é o que conta aqui, antimetodologia é a crítica autocrítica da metodologia, na busca de metodologias alternativas, que sejam mais consentâneas com as marcas históricas da realidade social e falem da felicidade humana.<sup>11</sup>

7. CANGUILHEM, G. Sobre uma epistemologia concordatária. In: BACHELARD, G. et alii. Epistemologia. Op. cit. p. 52-3. BACHELARD, G. Epistemologie. Paris, PUF, 1971. SPINNER, H. F. Ist der kritische Rationalismus am Ende? Berlin, Beltz, 1982.

8. CANGUILHEM, G. Op. cit. p. 51-6. KELLERMANN, P. Kritik einer soziologie der Ordnung. Frankfurt, Rombach, 1967. JANICH, P. et alii. Wissenschaftstheorie als Wissenschaftskritik. Stuttgart, Aspekte, 1974. RAMSTEDT, O., org. Gewaltverhältnis und die Ohnmacht der Kritik. Frankfurt, Suhrkamp, 1974. HABERMAS, J. Die neue Unübersichtlichkeit. Frankfurt, Suhrkamp, 1985.

9. TOURAINE, A. Was nützt die Soziologie? Frankfurt, Suhrkamp, 1976. SOHN-RETHEL, A. Geistige und körperliche Arbeit. Frankfurt, Suhrkamp, 1972. ———. Warenform und Denkform. Stuttgart, Europaerische Verlagsanstalt, 1971. HORKHEIMER, M. Die Sehnsucht nach dem ganz Andern. Berlin, Furche, 1970. MEYER-ABICH, K. M. & BIRNBACHEL, D., org. Was braucht der Mensch, um glücklich zu sein; Beduerfnisforschung und Konsumkritik. Muenchen, Beck, 1978. LEPARGNEUR, H. Antropologia do prazer. Campinas, Papirus, 1985.

10. COSTA, C. T. O que é anarquismo. São Paulo, Brasiliense, 1985. MALATESTA, E. Anarquia e outros ensaios. São Paulo, Novos Tempos, 1987. COELHO, P. A., coord. Os anarquistas Julgam Marx. São Paulo, Novos Tempos, 1986. COELHO, T. O que é utopia. São Paulo, Brasiliense, 1982. COLI, J. O que é arte. São Paulo, Brasiliense, 1984. TAVARES, C. A. P. O que são comunidades alternativas. São Paulo, Brasiliense, 1985. RIBEIRO JR., J. O que é magia. São Paulo, Brasiliense, 1985. ELLUL, J. Mudar de revolução; o inelutável proletariado. Rio de Janeiro, Rocco, 1985. KRIEDEL, A. Um comunismo diferente? Lisboa, António Ramos, 1978.

11. PHILLIPS, D. L. Abandoning method: sociological studies in methodology. London, Jossey-Bass, 1973. CAPRA, F. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo, Cultrix, 1986. ECO, H. Apocalípticos e Integrados. São Paulo, Perspectiva, 1976. ABRAMCZUK, A. A. O mito da ciência moderna; proposta de análise da física com base de Ideologia totalitária. São Paulo, Cortez, 1981. MAFFESOLI, M. A conquista do presente. Rio de Janeiro, Rocco, 1984. GIDDENS, A. Novas regras do método sociológico. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. BAGU, S. Tiempo, realidad social y conocimiento. Buenos Aires, Siglo 21, 1973. FEYERABEND, P. Erkenntnis fuer freie Menschen. Frankfurt, Suhrkamp, 1979.

Ao mesmo tempo, é preciso ter em mente que, se a dita anti-metodologia se institucionalizar, tornando-se método corrente, perde seu "anti", assim como uma revolução institucionalizada, ao tornar-se ordem vigente, deixa de ser revolucionária. Da mesma forma, a contracultura, ao alcançar situação normalizada, torna-se cultura comum. Sociologicamente falando, esta problemática aponta outra vez para a dialética histórico-estrutural, que admite transformações históricas radicais nos conteúdos, mas convive com formas permanentes. Assim, é impossível uma produção científica sem qualquer estruturação institucionalizada, sem parâmetros lógico-formais, sem ritos sociais. Mas, no plano dos conteúdos, podemos reconhecer saltos históricos monumentais, como a guinada do materialismo histórico, a superação da teologia e da filosofia, o advento da pesquisa participante, e assim por diante.

Entretanto, toda novidade, ao sedimentar-se na história, sofre o desgaste da história. Se acreditamos que toda fase gera sua própria superação, tanto em suas condições objetivas quanto nas subjetivas, nenhuma antimetodologia consegue o milagre histórico de não ser tocada pela história. Ou seja, logo mais, se pegar, passa à normalidade, necessitando de outras tantas antimetodologias para se superar.

Por outra, a antimetodologia cumpre papel insubstituível na luta indócil contra as petrificações do método, tentando acompanhar no tempo a realidade também indócil. A atividade científica, como qualquer outra, envelhece, torna-se rotina árida, e pode mesmo virar idiotice nobre. Esses loucos, que dizem as coisas pelo avesso, que começam a frase com vírgula e terminam sem ponto, que não se cansam de inventar moda, podem perturbar a paciência, mas sem eles a paciência não teria conteúdo.

Neste quadro, é difícil aceitar, por mais simpática que seja a posição, a proposta de uma metodologia anárquica, como quer Feyerabend,<sup>12</sup> por exemplo, embora sua mensagem de repúdio à normativização exagerada tenha o maior relevo. "As violações são necessárias para o progresso" (p. 29) e o treinamento metodológico pode decair na adoção do argumento de autoridade como instância primeira e última. "Assim como um animal bem adestrado obedecerá ao dono, por maior que seja a perplexidade em que se encontre e por maior que seja a necessidade de adotar novos padrões de comportamento, assim também o racionalista convicto se curvará à imagem mental de seu mestre, manter-se-á fiel aos padrões de argumentação que lhe foram transmitidos e aceitará esses padrões, por maior que seja a perplexidade em que se encontre, mostrando-se incapaz

12. FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977. As citações com indicação de página no texto a seguir referem-se a esse livro.

de compreender que a 'voz da razão' a que dá ouvidos é apenas o efeito causal tardio do treinamento que recebeu." (p. 31-2). Assim, a unanimidade de opinião é um fenômeno indesejável (p. 45-57) e a ignorância pode ser concebida como uma "bênção" (p. 177), porque desta insegurança surge sempre a necessidade de inovar. É muito pertinente a crítica impiedosa à "obediência a regras fixas e universais" (p. 449), porque leva a uma ciência impositiva por força de ideologias fechadas que se imaginam donas da verdade (p. 453). "Sempre haverá pessoas que preferirão ser cientistas a ser donos de seus destinos e que se submeterão alegremente à mais desprezível forma de escravidão (intelectual e institucional), contanto que se vejam bem pagas e que tenham em torno de si quem lhes examine o trabalho e lhes cante louvores." (p. 454.) E fora da ciência pode haver saber, até mesmo mais adequado, que recomendaria o uso de todos os métodos e o recurso a todas as idéias aproveitáveis que levem a um conhecimento mais aproximado da realidade. A visão de que *extra scientiam nulla salus* (fora da ciência não há salvação, numa alusão à igreja católica que pretendia o monopólio da salvação) só pode ser ideologia de defesa da ciência (p. 462). Todas as metodologias têm limitações (p. 43) e por isso vale sempre a pena tentar outros rumos (p. 27) — "Tudo vale". Talvez seja até mesmo razoável admitir o recurso a "hipóteses não fundadas" (p. 87), se delas retiramos a possibilidade real de uma alternativa explicativa. Porque "a ciência não é sacrossanta", contém "desvios", "erros", que são "precondições de progresso" (p. 279).

Por essas posturas aparece, certamente, a idéia de que o anarquismo é muito mais estratégia metodológica do que destruição pura e simples de tudo. Existem afirmações excessivas, como a da "rejeição de todos os padrões universais e de todas as tradições rígidas" (p. 22). Mesmo que se aceite que o debate entre ciência e mito "se encerrou sem vitória para qualquer dos lados" (p. 267), isso não leva à idéia de uma derrubada total. É difícil captar claramente o que Feyerabend entende por "epistemologia anárquica" (p. 267). Diz ele que "o anarquismo epistemológico difere tanto do ceticismo quanto do anarquismo político. Enquanto o cético vê tudo como igualmente bom ou igualmente mau, ou desiste completamente de formular juízos dessa espécie, o anarquista epistemológico não sente escrúpulo em defender o mais banal ou o mais afrontoso enunciado. Enquanto o anarquista político ou religioso pretende afastar certa forma de vida, o anarquista epistemológico desejará, talvez, defendê-la, pois não tem lealdade permanente para com qualquer instituição, nem permanente aversão contra ela" (p. 292-3). A diferença para com o ceticismo parece clara, porque este é de estilo absentista; mas a diferença para com o anarquismo político é menos perceptível. O anarquismo político está sempre contra a "ordem de coisas estabelecidas" (p. 290); vive de ser contra. O anarquismo epistemológico

não é absenteísta, pois crê no conhecimento, mas é típica dele a aversão a uma posição rígida, mesmo quando esta posição é rigidamente contra a ordem estabelecida; pois pode também defendê-la, se lhe parecer razoável. É sobretudo pertinente o agarramento à provisoriedade dos posicionamentos. Nesse sentido, o anarquismo de Feyerabend é relativamente mitigado, porque, em vez de uma derrubada total que transparece em momentos mais exaltados, se trata de uma estratégia metodológica alternativa, para garantir alternativas. Na medida em que é forma de produzir conhecimento, é menos "anarquismo" do que busca constante de abertura científica.

No calor da batalha, Feyerabend por vezes exagera nos termos, como no momento em que, reconhecendo que a universidade sacraliza a posição autoritária do professor, acaba por recomendar a dispensa dele (p. 338). É diferente a posição de McLuhan, que busca relativizar o professor, não dispensá-lo. Caso contrário, cairíamos na idéia vazia de ciência espontânea, desconhecendo o fenômeno institucional na sociedade.<sup>13</sup> Pode ser que os "charlatões" científicos existam mais devido ao excesso do que à falta de controle (p. 340), mas a falta de controle também não é garantia ao espírito inventivo. No todo, porém, parece tratar-se mais de defesa da abertura crítica do que de fechamento intransigente dentro de uma posição anarquista, que já seria pouco anárquica. Nesse sentido, a obra de Feyerabend guarda mérito incomensurável, pelo menos nos seguintes aspectos:

- valoriza a dimensão emancipadora da ciência, desde que seja resultado da liberdade humana;
- valoriza outras formas de saber, também capazes de ser úteis à sociedade;
- estigmatiza com razão a postura mítica da ciência que imagina acabar com todos os mitos para poder ser o próprio mito;
- empresta à metodologia a dimensão da utopia criativa;
- insinua que a ciência, em sua prepotência, reverencia a autoridade mais do que pensa, e muitas vezes não vai além de ser substituto barato da religião;
- liga com força inaudita o conhecer ao criar e empresta à atividade científica o compromisso com o humanismo para que possa tornar o homem mais feliz.<sup>14</sup>

13. ILLICH, I. *Sociedade sem escolas*. Petrópolis, Vozes, 1979.

14. FEYERABEND, P. Consolando o especialista. In: LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A., org. *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo, Cultrix, 1979, p. 244-84. BENJAMIN, W. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

## 4

### Neutralidade Científica

---

Difícilmente a discussão metodológica deixa de abordar, mais cedo ou mais tarde, a questão da neutralidade científica. Esta questão é das mais acirradas e exaltadas. Vamos apenas tocar no assunto, para que se torne presente de maneira preliminar e permita aprofundamentos para interessados. Já apareceu o tema antes, e nossa posição transpareceu em vários momentos. Aqui daremos algum detalhamento maior.

Do ponto de vista formal, a objetividade poderia ser aceita como a utopia da ciência: conhecer a realidade assim como ela é, no retrato mais perfeito, na explicação mais analítica possível. A objetividade, como problema colocado a partir do objeto, encontra correspondente a partir do sujeito, que é a neutralidade, ou a isenção axiológica. Variam muito as posições, desde a dos defensores intransigentes da ciência formal ou empírica, para quem a realidade se impõe objetivamente, até a dos que acham, no outro extremo, que a realidade é apenas o que subjetivamente imaginamos ser.

"Um capítulo dramático na história da ciência social alemã teve seu ponto culminante a 5 de janeiro de 1914, em Berlim, numa assembléia da comissão principal aumentada da associação fundada em 1872 para política social. As circunstâncias desta assembléia eram suficientemente estranhas. Seus membros escolhidos (mais de 50) tomaram, antes de entrar na discussão, uma série de resoluções que, por si só, já teriam bastado para garantir a seu encontro a entrada na História e na legenda: despacharam as estenógrafas para casa, acabaram com qualquer protocolo, obrigaram-se ao silêncio contra terceiros e impediram a publicação de elaborações escritas por excelentes doutos sobre esta discussão. Os temores que puderam dar azo a tal conchavo secreto se mostraram fundamentados. A discussão terminou num embate apaixonado de concepções e pes-



soas, que por anos a fio — e de certa forma até hoje — dividiu as ciências sociais alemãs em dois grupos. O tema, porém, que conseguira levantar medidas e acontecimentos tão inusitados era o tema destas notas: ciência social e juízo de valor.<sup>1</sup> Dahrendorf assim pintou a situação desta discussão, que pode mostrar, com veemência, quanto engajamento se faz em torno da neutralidade...

As duas facções — neutros e engajados — lançam-se acusações mútuas, geralmente colhidas nos resultados práticos da atitude assumida. Os neutros acham que os engajados acabam envolvendo-se em ideologias escusas, colocando a ciência a seu serviço, enquanto os engajados atribuem aos neutros outra forma de engajamento, pelo menos o de estilo absenteísta: *qui tacet, consentit*, ou seja, quem cala, consente. O silêncio contra ideologias escusas vale como conivência no mínimo, além de a atitude neutra ser atitude, quer dizer, um posicionamento. Não se pode esquecer que para os alemães tais colocações possuem contexto muito concreto e duro, que é o trauma do nazismo. A maioria dos sociólogos envolveu-se nele. Escreveu uma vez Silbermann: "A sociologia tem uma fama ruim na Alemanha Ocidental. Note-se, porém, que isto não se deve somente ao fato, aludido há pouco, do deslizamento num 'papo' crítico e moralizador, mas por causa de seu passado próximo, durante o qual foi sancionada pelo selo carregado do ódio do nacional-socialismo. Se agora — e sem deixar para mais tarde — acrescentássemos àquelas documentações sobre 'filme, literatura, arte, imprensa etc., no Terceiro Reich' uma documentação conscienciosamente montada sobre 'a sociologia no Terceiro Reich', perderíamos a respiração ao vermos que representantes da sociologia prostituíram sua ciência para servir de modo oportunista lá, onde exatamente na qualidade de sociólogos poderiam ter reconhecido com demasiada clareza o que seus eminentes antepassados sociólogos alemães apresentaram mais de uma vez como os perigos e as forças do irracional."<sup>2</sup> Silbermann acredita esta prostituição às custas do engajamento. Outro ponto de vista poderia também dizer que uma sociologia neutra teria servido ao nazismo exatamente por ser neutra, e isto seria no fundo um tremendo oportunismo.

O problema é totalmente outro: como garantir que as ciências sociais se voltem de preferência e até compactamente contra totalitarismos na sociedade, já que em sua definição inicial aludem ser uma proposta de enfrentamento dos problemas sociais. Nem o engajamento, nem a neutralidade *per se* são garantias suficientes, caso não se coloque em campo o problema da qualidade política, para além

1. DAHRENDORF, R. Ciencia social Y Juicios de valor. In: ——— Sociedad y libertad. Madri. Tecnos, 1971. p. 36-7.  
2. SILBERMANN, A. *Militanter Humanismus*. Frankfurt, Suhrkamp, 1966. p. 12-3.

da formal. De todos os modos, controlar o engajamento ostensivo ou com ele conviver criticamente é mais fácil do que haver-se com neutralidades solertes.<sup>3</sup>

#### 4.1 PROBLEMAS GERAIS

Segundo o pensamento de Weber, uma distinção básica seria entre o conhecimento "daquilo que é" e "daquilo que deve ser". Colocação fundada em juízo de valor seria rejeitável, "pois somos da opinião de que nunca pode ser tarefa de uma ciência experimental aferir normas e idéias obrigatórias, para delas deduzir receitas para a prática".<sup>4</sup> Este posicionamento não exclui a importância do juízo de valor, que pode, na verdade, tocar a ciência de algumas maneiras, ainda que aí não devesse penetrar:

- a) "É acessível a uma consideração científica, de partida, sem qualquer condição, a questão da aptidão dos meios em vista a dado fim. Como podemos (dentro dos limites respectivos de nosso saber) constatar validamente que meios em vista a um fim apresentado podem colocar-se como aptos ou ineptos, podemos por este caminho aquilatar as chances de conseguir determinado fim com o auxílio de determinados meios colocados à disposição; e dentro desse contexto, podemos criticar indiretamente a demarcação do fim, à base da respectiva situação histórica, como praticamente razoável ou, por outra, de acordo com o condicionamento das circunstâncias, como não razoável."<sup>5</sup> Aqui aparece a separação dualista entre meio e fim: todo fim é questão política, valorativa, e está fora do alcance científico; somente o problema dos meios faz parte da pesquisa científica.
- b) Podemos, ainda, constatar as conseqüências "que teria a aplicação dos meios necessários ao lado da conse-

3. ALBERT, H. & TOPITSCH, E., org. *Werturteilstreit*. Darmstadt, Wiss. Buchgesellschaft, 1971.  
ADORNO, T. et alii. *Der Positivismusstreit in der deutschen Soziologie*. Berlin, Luchterhand, 1972.  
MARCUSE, H. & POPPER, K. R. *Revolution oder Reform: eine Konfrontation*. Berlin, Koesel, 1971.  
SEIFFERT, H. *Einfuehrung in die Wissenschaftstheorie 2*. München, Beck, 1971.  
DEUS, J. D., org. *A crítica da ciência: sociologia e ideologia da ciência*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.  
HALL, S. *O Interior da ciência: ideologia e "sociologia do conhecimento"*. In: CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL STUDIES, *Da ideologia: Althusser, Gramsci, Lukacs, Poulantzas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. p. 15-44.  
Epistemologia 2, *Tempo Brasileiro*, 30/31, jul./dez. 1972.  
BARRY, B. *Los sociólogos, los economistas y la democracia*. Buenos Aires, Amorrortu, 1970.  
BOURRICAUD, F. *Le bricolage idéologique: essai sur les intellectuels et les passions démocratiques*. Paris, PUF, 1980.  
HOWTHORN, G. *Iluminismo e desespero: uma história da sociologia*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.  
NEVES, F. B. *O paradoxo do coringa e o jogo do poder & do saber*. Rio de Janeiro, Achiamé, 1979.  
FUGLESANG, A. *About understanding: Ideas and observations on cross-cultural communication*. Uppsala, Motest, 1982.  
FREITAG, B. *A teoria crítica: ontem e hoje*. São Paulo, Brasiliense, 1986.  
4. WEBER, M. *Die Objektivität sozialwissenschaftlicher Erkenntnis*. In: ——— *Soziologie, weltgeschichtliche Analysen, Politik*. Frankfurt, Kroener Verlag, 1964. p. 197.  
5. Idem, *ibidem*. p. 188.

cução eventual do fim buscado, tendo em vista o contexto global dos acontecimentos". A descrição das conseqüências aloca-se, assim, também fora da invasão ideológica, porque somente o problema dos fins é alvo de decisão política; tomando-se o fim como um dado, sem discuti-lo, é possível perscrutar cientificamente as conseqüências que dele resultariam.<sup>6</sup>

- c) Ademais, outro elemento pode ser levado em conta: o **conhecimento da significação** do que se quer. "Podemos fazer conhecer os fins de acordo com o contexto e a significação que se pretendem e entre os quais se escolhe, em primeiro lugar, através da indigitação e do desdobramento logicamente concatenado das 'idéias' que estão ou poderiam estar subjacentes ao fim concreto. Pois, evidentemente, uma das tarefas mais importantes de cada ciência da vida cultural humana é abrir à captação mental estas 'idéias', pelas quais, em parte de modo real, em parte de modo apenas pretense, se lutou e se luta. Isso, não ultrapassa os limites de uma ciência que busca 'a ordem pensante da realidade empírica', bem como os meios, que servem a tal explicitação de valores mentais, não são 'indução' no sentido usual da palavra."<sup>7</sup> É interessante este enfoque, embora já se aproxime muito de um estilo filosófico, porque busca reconhecer a importância dos fins assumidos, as condições de seu surgimento e validade, o que eles realmente significam em dado contexto sócio-histórico. Podemos imaginar como uma consideração científica interessante, por exemplo, o estudo do significado da exterminação dos judeus pelos nazistas.
- d) Poderíamos acrescentar ainda a consideração de que é possível estudar os próprios juízos de valor como objeto científico. Um cientista social pode tomar como objeto de estudo, por exemplo, a defesa da propriedade privada como direito humano fundamental, sem que participe desta postura ideológica ou estude para rejeitá-la. A sociologia do conhecimento, ao estudar idéias e seu fundo social, quando entendida dentro de uma postura metodológica positivista ou estruturalista, faz precisamente isso.

6. Idem, *Ibidem*.  
7. Idem, *Ibidem*. p. 189.

De modo geral, porém, "uma ciência empírica não pode ensinar a ninguém o que deve, mas somente o que **pode** e — sob condições — o que **quer**".<sup>8</sup> Weber não pode ser acusado de simplista. Suas distinções entre ser e dever ser, entre meios e fins é bem nuançada. "É correto que nossas cosmovisões pessoais ininterruptamente costumam atuar dentro do campo das ciências, também na argumentação científica, que sempre de novo é perturbada por elas, e levam a avaliar o peso dos argumentos científicos também no campo da aferição de contextos causais simples de fatos de modos diversos, variando o resultado de acordo com as chances dos ideais pessoais: a possibilidade de querer algo determinado aumenta ou diminui (...). Mas há uma diferença grande desde este reconhecimento de fraqueza humana até a crença em uma ciência 'ética' da economia política, que teria de produzir de seu material ideais ou normas concretas através da aplicação de imperativos éticos gerais a seu material."<sup>9</sup>

É certamente muito clara sua posição em favor da isenção de valores (**Wertfreiheit**), e ele considera como científica somente postura exarada dentro deste espírito. Mas nem por isso deixa de reconhecer que a vida cultural (**das Kulturleben**) coloca sempre também o problema do seu sentido e que isso envolve momentos de filosofia social. Nestes termos, um juízo de valor pode emergir na argumentação; mas, neste caso, é praticamente um dever sagrado colocar as cartas na mesa, ou seja, não vender sub-repticiamente ao leitor um juízo de valor como se fosse argumento. Chega mesmo a falar de dever científico (**wissenschaftliche Pflicht**) verificar a verdade dos fatos,<sup>10</sup> que no fundo seria a mesma também para o chinês que quisesse buscar a verdade.<sup>11</sup> No momento, porém, que se pretende lançar uma discussão "filosófico-social", surgem dois problemas básicos:

- a) **Primeiro dever:** "A cada instante levar à consciência dos leitores e de si mesmo **quais** são as medidas segundo as quais a realidade é medida e das quais o juízo de valor é deduzido, em vez de, como acontece com demasiada freqüência, negacear em torno de conflitos entre ideais através de imiscuição imprecisa de valores dos mais variados quilates e querer oferecer a cada qual alguma coisa."<sup>12</sup>
- b) **Segundo dever:** tornar claro ao leitor "que e onde o investigador pensante termina e o homem volitivo começa"

8. Idem, *Ibidem*. p. 190.  
9. Idem, *Ibidem*.  
10. Idem, *Ibidem*, p. 194.  
11. Idem, *Ibidem*, p. 194-5.  
12. Idem, *Ibidem*, p. 195-6.

a falar, onde os argumentos se dirigem à razão e onde aos sentimentos. A contínua mistura de discussão científica dos fatos e de arrazoados valorativos é uma das propriedades certamente sempre, e ainda, das mais defendidas, mas também das mais prejudiciais dos trabalhos de nossa disciplina. Contra esta mistura, não certamente contra a tomada de posição a favor dos ideais próprios, se dirigem as considerações anteriores. Não há nenhum parentesco entre falta de caráter (*Gesinnungslosigkeit*) e 'objetividade' científica".<sup>13</sup>

Sobretudo esta última asserção, que ficou muito célebre, talvez sirva para contornar o contexto da discussão em Weber. A neutralidade científica é vista como valor; não é, pois, colocada neutramente. Weber fala constantemente de "dever científico" de seguir a "objetividade", embora ele mesmo sempre coloque esta palavra entre aspas. Faz isso porque não existe isenção total do sujeito em face do objeto (*Voraussetzungslosigkeit*) — falta de qualquer pressuposto).<sup>14</sup> Apesar disso, e também por causa disso, é preciso acostumar-se à atitude neutra para não se subverter a "ordem pensante" de uma disciplina empírica. Via, pois, na neutralidade um postulado metodológico, que, como qualquer postulado, depende de posição valorativa. Pode-se, sem mais, reclamar do teor obsessivo com que fala de "dever", como se qualquer outra posição só pudesse ser irracional. É este o ponto que seus adversários mais atacam, como, por exemplo, Marcuse, que vê nele uma espécie de Marx do capitalismo, por ter deposto a ciência aos pés da política: uma ciência totalmente servil ao sistema, porque desistiu de discutir o próprio sistema, em cujo contexto emerge em primeira grandeza a questão de seus fins e valores.<sup>15</sup> Acresce ainda o momento histórico: os marxistas queriam chegar à cátedra e transformavam-na, segundo Weber, num púlpito de pregação política. Para ele significava isso a derrocada de suas concepções científicas, ou seja, a entrega da ciência às mãos de bandoleiros.

Por outro lado, Weber não defende atitude a-ética; pelo contrário, poder-se-ia talvez mesmo dizer que a ética é mais importante que a própria ciência — esta não passa de uma constatação lógica de fatos e sua ordenação mental. Pretendia conservar separadas as duas

instâncias, porque via nisso uma vantagem para ambas. Ciência isenta atingiria melhor os fatos e o juízo de valor colocar-se-ia fora da questão "meramente" científica. Talvez pudesse mesmo conceder que, embora ambas as instâncias apareçam na vida diária misturadas à estrutura da pessoa, a formação universitária existe para também, com método, treinar a separá-las, e não a misturá-las. E isso, até certo ponto pelo menos, é fazer ciência.<sup>16</sup>

Resumindo a problemática, haveria aqui três questões complexas:

- a) Problema da base valorativa das ciências sociais: até que ponto o enunciado científico está encaixado em valorações de qualquer natureza, já que uma isenção total implicaria a própria eliminação do sujeito. Nesse sentido, também a ciência nasce depois de um ponto de vista: não existe o "ver" puro e simplesmente, mas apenas o "ver" a partir de um ponto de vista.
- b) Problema dos valores no campo do objeto das ciências sociais: até que ponto tais ciências podem assumir valores como objeto de estudo sem participar deles. Weber desenvolveu quatro momentos desta possibilidade:
  - "O burilamento dos axiomas valorativos últimos e iminentemente 'conseqüentes', dos quais partem as opiniões contrapostas." <sup>17</sup> Seria uma discussão em nível lógico dos valores contrapostos.
  - "A dedução das 'conseqüências' para as posições valorativas, que se seguiriam de axiomas valorativos últimos determinados, caso colocássemos a eles, e somente a eles, como base de valoração prática de assuntos factuais." <sup>18</sup>
  - "A constatação das conseqüências factuais" que a execução de certa posição valorativa teria: junção a certos meios inevitáveis e a inevitabilidade de certos efeitos colaterais.<sup>19</sup>
  - Indicação de "novos axiomas valorativos" que o proponente de certa posição valorativa deixou de levar em conta por inconseqüência lógica ou inconsciência.

13. Idem, *Ibidem*, p. 186-7.

14. WEBER, M. Die Objektivität sozialwissenschaftlicher Erkenntnis. Op. cit. p. 237.

15. MARCUSE, H. Industrialización y capitalismo en la obra de Max Weber. In: PARSONS, T. et alii. *Presencia de Max Weber*. Buenos Aires, Nueva Visión, 1971. p. 123 ss. Cf. outros trabalhos sobre neutralidade neste mesmo livro: PARSONS, T. Evaluación y objetividad en el ámbito de las ciencias sociales: una interpretación de los trabajos de Max Weber. p. 9 ss. ROSSI, P. Objetividad científica y presupuestos axiológicos. p. 61 ss. KOENIG, R. El problema de los juicios de valor en Max Weber. p. 73 ss.

16. ALBERT, H. Wertfreiheit als methodisches Prinzip. In: TOPISCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 189.

17. WEBER, M. Der Sinn der Wertfreiheit der Sozialwissenschaften. In: ——— *Soziologie, weltgeschichtliche Analysen, Politik*, Op. cit. p. 275.

18. Idem, *Ibidem*.

19. Idem, *Ibidem*.

- c) **Problema propriamente dito do juízo de valor:** até que ponto o enunciado científico poderia ou deveria contê-los.<sup>20</sup>

"Nada, porém, de tudo o que Max Weber fez, disse ou escreveu foi tão falado, comentado, mal-entendido e ridicularizado como sua doutrina da isenção de valores nas ciências sociais."<sup>21</sup> Na época Weber amargou uma derrota, embora hoje sua postura seja bastante difundida, de modo geral.<sup>22</sup>

Para ampliar o debate, é interessante acrescentar uma consideração de Dahrendorf, discutível certamente, mas que oferece uma sistematização sugestiva. Aponta para seis momentos importantes de contato entre a atividade científica e o juízo de valor:<sup>23</sup>

- a) **Escolha do tema:** este ato se perde sempre nos recônditos da subjetividade, embora se possa fundamentar a escolha com argumentos pertinentes. Entretanto, o mesmo subjetivismo não precisaria penetrar o tratamento do tema.
- b) **Seletividade da abordagem:** o contexto teórico escolhido para dar ao tema significação contém também elementos puramente seletivos. Por vezes são vieses particulares, no sentido de uma tendência a simplificações, a estereótipos, a insistências. Sobretudo na polêmica este fenômeno aparece com facilidade: escolhemos no adversário exatamente os pontos fracos para melhor poderemos rebatê-los, e dificilmente adotamos crítica interna — no fundo forjamos a vítima para que caiba melhor na mira de nossas armas.
- c) **Valores como objeto:** como faz tradicionalmente a sociologia do conhecimento, pode-se estudar a vigência, a relevância, a polêmica de valores, sem apresentar-se como partidário ou adversário.
- d) **Desfiguração ideológica:** refere-se à tentativa de fazer passar posições valorativas por colocações científicas, o que se consegue muitas vezes pela mistura esperta das duas instâncias.

20. Idem, *Ibidem*, p. 276.

21. KOENIG, R. Werturteilsfreiheit bei Max Weber. *Koelner Zeitschrift fuer Soziologie*, 16: 2, 1964.

22. Um caso interessante em sociologia pode ser visto em Freyer, que defendeu o engajamento como constitutivo do método. Foi, porém, ardoroso adepto do nazismo, escrevendo livros incríveis de engajamento político, ainda que se tenha desligado do movimento antes mesmo de 1939. FREYER, H. *Sociologia; ciencia de la realidad*. Buenos Aires, EUBA, 1946.

23. DAHRENDORF, R. *Ciencia social y juicios de valor*. Op. cit. COHN, G. *Crítica e resignação; fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo, TAO, 1979. MACRAE, D. G. *As idéias de Max Weber*. São Paulo, Cultrix, 1975. VINCENT, J. M. *La metodología de Max Weber*. Barcelona, Anagrama, 1972. FREUND, J. *Sociologia de Max Weber*. Rio de Janeiro, Forense, 1975.

- e) **Aplicação da ciência à prática:** pode-se abstrair logicamente da prática, ao se fazer teoria, mas esta separação impede de reagir aos efeitos maléficos da ciência, ou serve precisamente para evitar tal reação.

- f) **Função social do sociólogo:** "Em oposição a Weber, e talvez com uma formulação paradoxal, desejaria formular a tese de que, embora seja desejável uma sociologia como ciência isenta em termos de juízo de valor no sentido indicado, o sociólogo enquanto tal deve ser, contudo, sempre moralista, a saber, deve permanecer responsável para se proteger das conseqüências imprevistas de suas ações."<sup>24</sup> É certamente grande artificialidade distinguir entre sociólogo e sua sociologia, como é artificial ou conveniente distinguir entre teoria e prática.

Creemos que a posição de Dahrendorf não é contraposta à de Weber, pois este não condenou as tomadas pessoais de posição, apenas não admitia a mistura. Em ambos transparece a separação estanque entre o cientista social ao fazer ciência e o cientista social fora do laboratório.

## 4.2 ALGUMAS DISTINÇÕES

### 4.2.1 Fato e valor

Em termos formais, fato e valor se distinguem claramente, o que se demonstra facilmente pela impossibilidade de deduzir um do outro. De um fato não segue um valor e vice-versa. Por exemplo, do valor segundo o qual as mulheres devem trabalhar na sociedade industrial para garantir sua emancipação social não segue logicamente que de fato trabalhem ou que deste trabalho surja emancipação. E mesmo que fosse um fato que elas trabalhem, não segue disso logicamente que devam trabalhar, assim como do fato do machismo não segue logicamente que deva ser mantido.

Na prática, porém, ambos os lados aparecem mesclados, formando um todo circunstancial histórico. Embora possamos estereotipar fato como acontecimento externo objetivo e valor como atribuição de relevância social a fatos, é certo que a ciência não se interessa por fatos em si, mas por fatos "interessantes". Pode existir alguém que se dedique a pesquisar precisamente coisas desinteressantes, mas isso apenas significaria interesse pelo avesso.

Isso pode explicar, pelo menos em parte, que a ciência nem pesquisa tudo, nem qualquer coisa, mas é direcionada pelo contexto social de interesses, que seleciona faces da realidade, não só por razões lógicas, mas igualmente por razões históricas. De certa forma, pode-se aludir que as faces não tratadas na realidade pela ciência correspondem tendencialmente a faces que não representam interesse, ou ainda não entraram no campo de interesse.

O problema do dado é semelhante: dado ou feito? Se notarmos que nenhum dado fala por si, mas pela boca de uma teoria, concluímos que não se impõe ao sujeito pura e simplesmente, mas, para se constituir perspectiva científica interessante, precisa ser "construído" cientificamente. Assim, o dado científico é um construto. Desse modo, o mero acontecer, o fato na sua mera factualidade, não precisa chamar a atenção do cientista. Para chamar a atenção precisa denotar alguma relação que ultrapasse o mero fato e o torne algum valor.<sup>25</sup>

#### 4.2.2 Meio e fim

De novo, no plano lógico a distinção sempre cabe. Em nome dela se diz, ademais, que os fins não justificam os meios. Entretanto, diz-se isso não porque comumente se aceita a separação, mas precisamente porque aparecem mesclados.

Como já notávamos, a ciência tende fortemente a ser instrumentalista, sobretudo na linha da produção tecnológica, desligando-se de discutir os fins. Dizíamos também que este desligamento é artificial, ingênuo ou esperto, e sobretudo estratégico para o sistema, que sempre prefere o cientista competente nos meios e isento nos fins.<sup>26</sup>

Nesses termos, neutralidade poderia existir apenas nos meios, se estes fossem entidades isentas, meramente instrumentais. Em ciências sociais esta situação é forjada, porque nem o sujeito é neutro, nem a realidade social é neutra. Para tanto, deveríamos encontrar um sujeito "em si", apenas "lógico", diante de uma realidade "em si", apenas formal. É tamanha esta artificialidade, que poderia ser aceita no máximo como estratégia esporádica de distanciamento unicamente para fins metodológicos, não porque na prática exista separação, mas porque poderia ser conveniente em determinado momento.

25. AGATTI, A. P. R. Os valores e os fatos; o desafio em ciências humanas. São Paulo, Ibrasa, 1977. MYRDAL, G. O valor em teoria social. São Paulo, Pioneira, 1965. PRADO JR., C. História quantitativa e método da historiografia. Debate & Crítica, jul. 1975. p. 1-20.

26. LÉVI-STRAUSS, C. Comunicação 1. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970. p. 137. Entrevista da qual reproduzimos um trecho: "Parece-me, com efeito, que o progresso técnico serve hoje para superar os inconvenientes que ele engendra." KNELLER, G. F. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro, Zahar, 1980. BAZARIAN, J. O problema da verdade; teoria do conhecimento. São Paulo, Alfa-Omega, 1985. GREIMAS, A. J. & LANDOWSKI, E. Análise do discurso em ciências sociais. São Paulo, Global, 1986. LUHMANN, N. Zweckbegriff und Systemrationalität. Frankfurt, Suhrkamp, 1977. ———. Soziologische Aufklärung. Frankfurt, West-deutscher V., 1974. 3 vol.

Assim como, diante da necessidade de tomar uma decisão fatal na vida, é conveniente separar, para fins estratégicos de método de análise, a emoção, dos fatos, prefere-se deixar passar uns dias, esfriar a situação, olhar para trás com calma, como se fosse possível a objetividade, que não vai além de um estratagema útil, mas neste caso cabível.

A questão da racionalidade pode ser restringida ao tratamento de meios adequados para determinado fim, que não entra em discussão. Racionalidade empresarial, por exemplo, pode partir da busca impiedosa dos meios, tomando como fim, digamos, aumentar o lucro sem qualquer discussão. Entretanto, a racionalidade assim resumida é facilmente irracional, pois nada é mais importante do que a racionalidade dos fins, ou seja, o atingimento de uma sociedade mais habitável, porquanto o meio atinge significado na rota do fim.<sup>27</sup>

#### 4.2.3 Realidade e ideologia

Se apelarmos de novo para o conceito de interesse, a ideologia se aproxima da postura de alguém que dá primazia no processo de conhecimento apenas ao que interessa. Ideologia é posição a serviço de algum interesse, pessoal e social, eminentemente justificadora. Como sobra inevitável do poder, tem a seu cargo vendê-lo bem, torná-lo palatável, e, no fim, fazê-lo inatacável e permanente. Contém, assim, tom moralizante, persuasivo, distorce fatos em demasia e sugere sempre um dever ser.

Desta problemática complexa acentuamos apenas o conceito que interessa aos dois lados: objetividade. Cremos que objetividade não existe, por razões aludidas. Mas é fundamental mantermos o princípio da objetivação, que é o esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é, de preferência naquilo que gostaríamos que fosse. De certa maneira, sobretudo em seu lado formal, metodologia tem diante de si esta invectiva. Se o processo de conhecimento tem como finalidade descobrir e mudar a realidade, para tanto é fundamental captá-la da maneira mais objetivada possível. Mesmo que fosse só para a deturpar.

Entretanto, nunca conhecemos a realidade assim como ela é, tanto porque há limites no sujeito — que sempre tem da realidade

27. JAPIASSU, H. O mito da neutralidade científica. Rio de Janeiro, Imago, 1975. ———. Introdução ao pensamento epistemológico. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. ———. Interdisciplinaridade e patologia do saber. Rio de Janeiro, Imago, 1976. WILLER, D. La sociologia científica: teoria y método. Buenos Aires, Amorrortu, 1970. TOURAINE, A. Em defesa da sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. MOURA, C. A sociologia posta em questão. São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

uma captação construída — e desbordamento na realidade — é sempre maior que nossas explicações e intervenções. Se assim parece ser, o controle da ideologia torna-se ainda mais fundamental, não para a escamotear, mas para impedir que, sorrateiramente, se torne o fim da ciência. Em ciências sociais, sobretudo, a ideologia facilmente rouba a cena.

Dahrendorf dava uma vez três indicações para se evitar a deturpação ideológica:

- treinamento, com auxílio da psicanálise e da sociologia do conhecimento; uso de técnicas de tratamento de dado;
- revelação honesta dos valores pelos quais lutamos ou que formam o ponto de partida ou o pano de fundo da pesquisa;
- crítica mútua.<sup>28</sup>

Nessa perspectiva não será difícil conceber que o direito que assiste ao sujeito de valorar segundo seus interesses equivale na exata proporção ao direito de outro sujeito de contravalar. Questão de lógica e de justiça. O que nos leva, como tábua de salvação, ou melhor, de compromisso, à discutibilidade formal e social. Ideologia discutível não faz mal. Pode ser até o charme do cientista.

Assim colocada a questão, podemos dizer que a presença de juízos de valor não traz, em si, problema metodológico, porque é componente integrante do diálogo com a realidade social. Problema metodológico é outro:

- dogmatizar o ponto de vista, negando aos outros o direito ao argumento;
- eliminar a objetivação, tornando a captação da realidade subserviente à ideologia;
- negar seus pressupostos gratuitos, de modo a posar de neutro e evidente;
- negar distinções lógicas, ainda que na realidade façam parte do mesmo todo.

#### 4.3 ALGUMAS POSIÇÕES

Para fins didáticos, estereotipamos três posições mais típicas diante da questão da neutralidade, como expediente instrumental de discussão.

28. DAHRENDORF, R. *Ciencia social y juicios de valor*. Op. cit. p. 45.

#### 4.3.1 Neutralidade esperta ou ingênua

Na relação entre sujeito e objeto, neutralidade é a perspectiva do sujeito, enquanto objetividade é a do objeto. No processo de conhecimento ambas se correspondem, e muitas vezes são tomadas como sinônimo. Significam, de todos os modos, a possibilidade de refletir a realidade assim como ela é. Objeto construído não faz sentido, pois ser objetivo é precisamente retratar sem nada agregar.

Esta postura tem por trás uma expectativa tipicamente nomotética de ciência, calcada no paradigma das ciências naturais, que visualiza a realidade regida por leis objetivas. A ciência as descobre, não as faz. A ideologia pode comparecer na cena, mas no sujeito, não no objeto. No sujeito comparece de duas maneiras mais visíveis: na maneira de abordar o objeto, pelo menos no sentido dos pressupostos ontológicos iniciais não explicitados, no modo de construir teorias e conceitos, na forma de selecionar fenômenos que por consequência são interessantes, na tendência de ajeitar as comprovações a expectativas hipotéticas prévias etc.; e no uso social que se faz da descoberta científica.

Uma estratégia mitigada da neutralidade pode ser vista no reconhecimento de que é a maneira mais pertinente de se fazer ciência, mas sua adoção não é neutra. Assim, fazer ciência com metodologia neutra é uma decisão. A partir daí, porém, avança-se isentamente. Existe um progresso considerável nesta postura, porque permite uma visão mais completa do fenômeno científico, ainda dicotomizado no fundo, mas já reconhecido como social também, pelo menos num momento inicial. É a postura de Weber, Dahrendorf, Albert e de outros positivistas mais abertos.

O fato de que as ciências sociais até hoje abusam de juízos de valor é visto como imaturidade histórica, que, com o tempo, se poderia superar, sobretudo à sombra dos métodos extraídos do campo das ciências naturais, tidas já por maduras. Existe — é claro — um divisor de águas aqui: decidir o que se aceita como real. Para quem admite que a história é dada estruturalmente, de tal sorte que não é feita, mas sofrida, pode até mesmo se fazer a idéia de uma ciência exata da história, como foi pretensão de Marx, pelo menos em certos momentos. No estruturalismo, a visão é semelhante, atribuindo-se às estruturas inconscientes o papel de paradigmas fixos, capazes de tratamento exato científico.

A ciência é tida como construção instrumental de estilo teórico. É um discurso cujas propriedades básicas são lógicas, não históricas. Não está em jogo a realidade como tal, mas o discurso sobre a realidade. Passa-se da intenção inicial de retratar objetivamente a

realidade para o tratamento lógico do discurso sobre a realidade, supondo-se que seja o discurso consentâneo com a realidade. Até porque a prática não tem lugar. Prática está no espaço da ideologia; portanto, fora da ciência.

A neutralidade é uma postura farsante, por ingenuidade, ou por esperteza. O engajado comete — logicamente — suas barbaridades, mas é pior ainda cometê-las ingenuamente ou espertamente. O serviço instrumental subserviente da ciência é seu pior engajamento, sobretudo para uma atividade que se apregoa superior ao senso comum, capaz de avaliar tudo, sempre crítica e impiedosa contra percalços da lógica e da forma.

#### 4.3.2 Ativismos baratos

No outro extremo encontramos cientistas sociais que desistiram da lógica e do método, da teoria e da reflexão, caindo no ativismo fanático, fechado e pequeno. Parte-se da rejeição total à neutralidade, por razões semelhantes às aduzidas acima, concluindo que a única finalidade da ciência é transformar a realidade. Instrumentaliza-se a ciência de outra maneira, com resultados semelhantes em seus aspectos negativos.

Tal postura valoriza a prática, por vezes movida pela desilusão do teorismo, facilmente praticado na universidade e no meio académico em geral. É fácil constatar que não há correspondência satisfatória entre o que se sabe da realidade social e o que se muda nela. Frequentemente, pode-se mesmo ter a sensação de correspondência invertida: quanto mais se sabe em teoria, mais se arranja motivo para não mudar. Ou seja, a ciência é abusada para, sob uma linguagem farsante de conhecimento adequado e mesmo radical, realizar o inverso.

Metodologias alternativas partem muitas vezes daí, e por isso têm como característica nunca separar teoria e prática, nunca tratar a população como objeto, nunca desprezar o saber popular, e assim por diante. Na esteira dessa percepção, podem interessar-se por dimensões descartáveis na ciência clássica, mas que levam ao cotidiano das pessoas, às preocupações mais humanas da sociedade, valorizando horizontes qualitativos que técnicas empíricas não atingem.

Entretanto, é um diletantismo avassalador subjugar sem mais a teoria à prática, seja porque esta sozinha nunca foi critério exclusivo de verdade, seja porque se desfaz a unidade dialética dos dois termos, seja porque se promove ativismo tapado. Ao mesmo tempo, desconhece-se o lado formal da realidade e da atividade científica, que precisa de método, de sistematização, de rigor lógico, de compe-

tência formal, que nenhum ativismo substitui. Introduce-se o discurso sem pé nem cabeça, confunde-se criatividade com incompetência metodológica, abusa-se da visão dialética, como se fosse tudo e nada. Produzem-se banalizações de tal monta, que é impossível levar a sério tais abordagens, pois predomina a irresponsabilidade, até mesmo porque se perde todo o espírito crítico sob o peso de posturas já fanáticas.

Mais do que nunca é fundamental voltar à teoria, bem como saber valorizar, no seu devido lugar, nem mais, nem menos, o trabalho empírico acurado, que pode ser de extrema utilidade para qualquer projeto político. Pode-se certamente afirmar que qualidade política não surge dos escombros da qualidade formal, e vice-versa.

Por outra, inventam-se populismos baratos, que, a título de colocar o intelectual a serviço da comunidade, o reduzem a mero codificador da identidade cultural local, como se a comunidade sempre tivesse razão, ou se o saber especializado já não tivesse qualquer relevância.

Por fim, destrói-se o compromisso com a objetivação, tornando a ciência excessivamente subserviente a ideologias, por mais que julguemos serem estas nobres. Isso leva a superdimensionar as condições subjetivas de mudança social, como se a excitação política, sozinha, fizesse o milagre da multiplicação dos pães.

#### 4.3.3 Posição histórico-estrutural

Significa um equilíbrio crítico e autocrítico entre condições objetivas e subjetivas. A realidade social em parte é dada, em parte é feita. Não há sujeito objetivo, mas é fundamental controlar a ideologia, não pelo distanciamento farsante, mas pelo enfrentamento aberto, no espaço da estratégia da discutibilidade.

Qualidade formal e política estão no mesmo patamar de relevância, bem como teoria e prática. Não basta serem as ciências sociais formalmente competentes, porque resta ainda a questão fundamental: a quem servem? Não basta conhecer os problemas sociais metodicamente, é mister ademais enfrentá-los.

Neste quadro, neutralidade é truque, é golpe do cientista que pretende viver tranquilamente à sombra do poder, sem "dor de consciência". Escamoteia sua condição histórica de ator político, muito privilegiado numa sociedade pobre de recursos e de saber especializado.<sup>29</sup>

29. CASTRO, A. et alii. *Novas perspectivas das ciências do homem*. Lisboa, Presença, 1974.  
TROTSKI, L. *El nuevo curso: problemas de la vida cotidiana*. Madrid, Pasado y Presente.

Não vale a crítica radical sem prática, porque se destrói a si mesma: não muda nada e, por cima, confere ares de democracia ao sistema criticado, pois sustenta o crítico. Nem vale a prática sem teoria, porque será ignorante.

Por neutralidade, as ciências sociais produzem tendencialmente instrumentos de controle social. São profundamente desmobilizadoras, por mais que possam apregoar em teoria o contrário. Sabem sobretudo como não mudar, a título de mudar. E é precisamente isso que o poder vigente espera delas. Nisso são demasiadamente úteis, como estrategicamente inúteis para os desiguais.

## Parte II

---

### Abordagens Relevantes

---

1974. GOLDMANN, L. *A criação cultural da sociedade moderna*. São Paulo, Difel, 1972. MAYNTZ, R. *Soziologie in der Eremitage?*; kritische Bemerkungen zum Vorwurf des Konservatismus der Soziologie. In: TOPITSCH, E., org. *Logik der Sozialwissenschaften*. Köln-Berlin, Kiepenheuer & Witsch, 1965. p. 526-41. GALTUNG, J. *Methodologie und Ideologie*. Frankfurt, Suhrkamp, 1978. v. 1. BETTANINI, T. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. BOTTIGELLI, E. et alii. *Ciências da linguagem e ciências humanas*. Lisboa, Presença, s. d. BOTTOMORE, T. B. *A sociologia como crítica social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.